

73442  
LEIS  
E  
DECRETOS  
DA  
PROVINCIA DO PARANÁ.

TOMO VI.

---



CURITYBA  
TYP. PARANAENSE DE C. M. LOPES  
LARGO DA MATRIZ N.º 36.

1859.

# INDICE

DA

## Collecção das Leis da Provincia do Paraná.

### TOMO VI.

PAG.

|   |    |
|---|----|
| N.º 45—LEI de 10 de Fevereiro.—Autorisa a mesa da assemblea provincial a contractar a publicação dos seus trabalhos ..... | 1  |
| N.º 46—DECRETO de 14 de Fevereiro.—Approva alguns artigos de posturas da camara municipal da villa do Principe .....      | 3  |
| N.º 47—LEI de 14 de Fevereiro.—Marca o dia da abertura da assemblea provincial .....                                      | 5  |
| N.º 48—LEI de 14 de Fevereiro.—Isenta de imposto a troca de gado bovino.....  | 7  |
| N.º 49—LEI de 16 de Fevereiro —Fixa a força policial para o anno de 1859 —1860 .....                                      | 8  |
| N.º 50—LEI de 16 de Fevereiro.—Marca as divisas entre os districtos da capital e Campo-Largo.....                         | 11 |
| N.º 51—LEI de 17 de Fevereiro.—Regula a aposentadoria dos professores de instrucção primaria .....                        | 12 |
| N.º 52—DECRETO de 18 de Fevereiro.—Approva alguns artigos de posturas da camara municipal da capital .....                | 14 |
| N.º 53—LEI de 2 de Março.—Restabelece as divisas entre a freguezia do Yguassú e villa do Principe.....                    | 18 |
| N.º 54—LEI de 2 de Março.—Crea a comarca de Guarapuava.....   | 19 |
| N.º 55—DECRETO de 7 de Março.—Approva artigos de posturas da camara municipal de Castro.....                              | 21 |
| N.º 56—LEI de 7 de Março.—Fixa a receita e despesa das camaras municipaes .....   | 24 |
| N.º 57—LEI de 7 de Março.—Approva artigos de posturas da camara da Ponta Grossa .....                                     | 42 |
| N.º 58—LEI de 9 de Março.—Fixa a receita e despesa da provincia....   | 43 |
| REGULAMENTO para as cadeas da provincia.....  | 57 |

# COLLEÇÃO DE LEIS

DA

## PROVINCIA DO PARANÁ.

---

1859.

### LEI N.º 45—DE 10 DE FEVEREIRO DE 1859.

Francisco Liberato de Mattos, bacharel formado em sciencias sociaes e juridicas pela faculdade de Olinda, commendador da Imperial Ordem da Rosa, e presidente da provincia do Paraná. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte :

Artigo unico. Fica a mesa da assembléa provincial autorisada a contractar com o proprietario e editor do —Dezenove de Dezembro— a publicação dos trabalhos da casa, e com pessoa habilitada o serviço do extracto de suas sessões, para o que poderá gastar, desde já, até a quantia de dous contos e quatrocentos mil réis; revogadas as disposições em contrario.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a



cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo da provincia do Paraná, aos dez de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da independencia e do imperio.

FRANCISCO LIBERATO DE MATTOS.

(L. do S.)

Carta de lei pela qual V. Ex. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, autorizando a mesa da mesma assembléa a contractar com o proprietario e editor do —Dezenove de Dezembro— a publicação dos trabalhos da casa, e com pessoa habilitada, o serviço do extracto de suas sessões, despendendo-se até a quantia de dous contos e quatrocentos mil réis.

Para V. Ex. ver.

*Theolindo Ferreira Ribas* a fez.

Sellada e publicada nesta secretaria da presidencia da provincia do Paraná, aos 10 de Fevereiro de 1859.

O secretario da provincia

*José Martins Pereira de Alencastre.*

Registrada a fs. 109 v. do livro de leis, decretos e resoluções da assembléa legislativa provincial. Secretaria do governo da provincia do Paraná, aos 10 de Fevereiro de 1859.

*Theolindo Ferreira Ribas.*

## DECRETO Nº 46—DE 14 DE FEVEREIRO DE 1859.

Francisco Liberato de Mattos, bacharel formado em sciencias sociaes e juridicas pela faculdade de Olinda, commendador da Imperial Ordem da Rosa, e presidente da provincia do Paranã. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial, sob proposta da camara municipal do Principe, decretou a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica considerado beira campo o terreno existente entre o matto e o campo na extensão de quinhentas braças, contadas daquelle para este.

Art. 2.º Não se pôde conservar nem recolher animaes vaccuns, cavallares, muares, suinos, cabruns e lanigeros nas campinas, faxinaes e logradouros existentes entre terras lavradas, sem se fazer cerco de lei, e são obrigados a fazel-o os donos dos animaes, a requerimento de parte interessada.

Os que não o fizerem, sendo para isso avisados pelo fiscal ou por ordem da autoridade policial, serão obrigados a pagar 30U000 de multa, alem do damno causado pelos animaes e da importancia do cerco, que será feito á sua custa.

Art. 3.º Quando, para aproveitarem-se as terras lavradas contiguas a campos de criar ou logradouros, for necessario cercal-os, a autoridade policial, a requerimento da maioria dos agricultores, determinará que se faça o cerco designando-o por onde melhor convier, sendo obrigados a fazel-o não só moradores confinantes com as terras lavradas, como tambem os donos dos animaes que pastarem nas immediações das mesmas terras, na extensão de uma legoa a partir dellas para o campo.

O contraventor será pela primeira vez avisado, por qualquer dos interessados perante duas testemunhas, para que observe o que nesta postura se determina ; e não o



fazendo, será obrigado a pagar 16U000 de multa e a importância do cerco, que será feito a sua custa na parte que lhe dever tocar.

Art. 4.º E' prohibido ter porteiras de varas nas estradas, caminhos publicos, e mesmo nos particulares; mas devem-se fazer porteiras ou cancellas de bater.

O proprietario que o contrario fizer pagará de multa 5U000, e continuando á deizal-a no estado prohibido por esta postura, pagal-a-ha tantas vezes quantas forem as desobediencias ás intimações que do fiscal receber para observal-a com fixação do praso razoavel para isso.

O viajante que não fechal-as ao passar, soffrerá tambem a mesma multa alem de pagar o damno que causar ao proprietario.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo da provincia do Paraná, em quatorze de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da independencia e do imperio.

FRANCISCO LIBERATO DE MATTOS.

(L. do S.)

Sellada e publicada na secretaria da presidencia, aos 14 de Fevereiro de 1859.

O secretario da provincia

*José Martins Pereira de Alencastre.*

Registrada a fs. 110 do livro de leis e resoluções da assembléa legislativa provincial. Secretaria do governo da provincia do Paraná, em 14 de Fevereiro de 1859.

O official

*José Ferreira de Barros.*

---

## **LEI N.º 47—DE 14 DE FEVEREIRO DE 1859.**

Francisco Liberato de Mattos, bacharel formado em sciencias sociaes e juridicas pela faculdade de Olinda, commendador da Imperial Ordem da Rosa, e presidente da provincia do Paraná. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte :

Art. unico. A installação da assembléa legislativa desta provincia do Paraná será no dia 1.º de Março de cada anno ; revogada nesta parte a disposição da lei n. 3 do 1.º de Agosto de 1854 e mais disposições em contrario.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo da provincia do Paraná, em quatorze de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da independencia e do imperio.

**FRANCISCO LIBERATO DE MATTOS.**

(L. do S.)

Carta de lei pela qual V. Ex. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, marcando a installação da mesma assembléa no dia 1.º de Março de cada anno.

Para V. Ex. ver.

*Theolindo Ferreira Ribas* a fez.

Sellada e publicada na secretaria da presidencia, aos 14 de Fevereiro de 1859.

O secretario da provincia

*José Martins Pereira de Alencastre.*

Registrada a fs. 110 do livro de leis, decretos e resoluções da assembléa legislativa provincial. Secretaria do governo da provincia do Paraná, em 14 de Fevereiro de 1859.

*Theolindo Ferreira Ribas.*

---

## **LEI N.º 48—DE 14 DE FEVEREIRO DE 1859.**

Francisco Liberato de Mattos, bacharel formado em sciencias sociaes e juridicas pela faculdade de Olinda, commendador da Imperial Ordem da Rosa, e presidente da provincia do Paraná. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sanccionei a lei seguinte :

**Art. 1.º** E' isenta do imposto de que trata a lei pro-



vincial n. 19 de 18 de Setembro de 1854 art. 2 § 14, a troca do gado bovino, operada por estancieiros que possuem fazendas de criar nesta provincia e suas limitrophes com o fim de melhorar a raça.

Art. 2.º E' permittido ao coronel Fortunato José de Camargo fazer passar pelo registro do Itararé, com destino a sua fazenda da Tapera, na provincia de S. Paulo, setecentas rezes em compensação de igual numero, que pelo mesmo registro fez entrar, durante o anno passado, para sua fazenda do Morungava, desta provincia.

Art. 3.º O governo, por meio de instrucções, regulará o modo de fiscalisar-se a troca, a que se refere a presente lei.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo da provincia do Paraná, em quatorze de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da independencia e do imperio.

FRANCISCO LIBERATO DE MATTOS.

(L. do S.)

Carta de lei pela qual V. Ex. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, excluindo do pagamento do imposto de sahida o gado quando trocado, com o fim de melhoramento das raças, e torna extensiva essa disposição a operação de entrada e sahida que fez o coronel Fortunato José de Camargo.

Para V. Ex. ver.

*Theolindo Ferreira Ribas* a fez.

Sellada e publicada na secretaria da presidencia, aos  
14 de Fevereiro de 1859.

O secretario da provincia

*José Martins Pereira de Alencastre.*

Registrada a fs. do livro de leis, decretos e resoluções  
da assembléa legislativa provincial. Secretaria do go-  
verno da provincia do Paraná, em 14 de Fevereiro de  
1859.

*Theolindo Ferreira Ribas.*

---

### **LEI N.º 49—DE 16 DE FEVEREIRO DE 1859.**

Francisco Liberato de Mattos, bacharel formado em  
sciencias sociaes e juridicas pela faculdade de Olinda,  
commendador da Imperial Ordem da Rosa, e presiden-  
te da provincia do Paraná. Faço saber a todos os seus  
habitantes que a assembléa legislativa provincial de-  
cretou e eu sancionei a lei seguinte :

Art. unico. Continua em vigor para o anno de 1859  
—1860 a lei provincial n. 38 de 26 de Fevereiro de 1858  
revogadas as disposições em contrario.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o co-  
nhecimento e execução da referida lei pertencer, que a

cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo da provincia do Paraná, em dezesseis de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da independencia e do imperio.

FRANCISCO LIBERATO DE MATTOS.

(L. do S.)

Carta de lei pela qual V. Ex. manda executar o decreto da assembléa provincial, fixando a força policial para o anno de 1859—1860.

Para V. Ex. ver.

*Theolindo Ferreira Ribas* a fez.

Sellada e publicada na secretaria da presidencia, aos 16 de Fevereiro de 1859.

O secretario da provincia

*José Martins Pereira de Alencastre.*

Registrada a fs. do livro de leis, decretos e resoluções da assembléa legislativa provincial. Secretaria do governo do Paraná, em 16 de Fevereiro de 1859.

*Theolindo Ferreira Ribas.*



PLANO PARA COMPANHIA DE FORÇA POLICIAL DA PROVINCIA DO  
PARANÁ, PARA O ANNO FINANCEIRO DE 1859—1860.

| GRADUAÇÕES.  | QUANTOS.   | VERGIMENTO<br>DIARIO. | VERGIMENTO<br>MENSA. | TOTAL.             |
|--|------------|-----------------------|----------------------|--------------------|
| Capitão-commandante. ....  | 1          |                       | 40\$000              | 720\$000           |
| Teuente .....  | 1          |                       | 60\$000              | 600\$000           |
| Alferes .....  | 2          |                       | 40\$000              | 960\$000           |
| 1. <sup>o</sup> Sargento .....   | 1          | 1\$000                |                      | 365\$000           |
| 2. <sup>os</sup> Ditos .....   | 2          | 2\$900                |                      | 700\$600           |
| Furriel .....  | 1          | 2\$000                |                      | 323\$500           |
| Cabos .....  | 6          | \$800                 |                      | 1303\$400          |
| Soldados .....   | 134        | \$800                 |                      | 39\$530\$000       |
| Cornetas .....   | 2          |                       |                      | 627\$00            |
| <b>Somma.....</b>  | <b>150</b> |                       |                      | <b>46:715\$300</b> |
| Gratificação ao commandan-<br>te da companhia.....                                     |            |                       | 10\$000              | 120\$000           |
| Dita a um official que servir<br>de ajudante de ordens do<br>governo da provincia..... |            |                       | 10\$000              | 120\$000           |
| Fardamento a 4 officiaes in-<br>feriores .....   |            | \$100                 |                      | 146\$000           |
| Idem de 6 cabos, 134 soldados<br>e 2 cornetas.....                                     |            | \$080                 |                      | 4:146\$400         |
| <b>Somma total.....</b>  |            |                       |                      | <b>50:247\$700</b> |

Secretaria do governo do Paraná, em 16 de Fevereiro  
de 1859.—O secretario da provincia—*José Martins Pe-  
reira de Alencastre.*

## LEI N.º 50—DE 16 DE FEVEREIRO DE 1859.

Francisco Liberato de Mattos, bacharel formado em sciencias sociaes e juridicas pela faculdade de Olinda, commendador da Imperial Ordem da Rosa, e presidente da provincia do Paraná. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte :

Art. unico. As divisas entre os districtos da capital e freguezia do Campo Largo serão, d'ora em diante, a partir da cruz da Guapiára, no matto do Timbutuba, até o açude do capitão Domingos José da Mota, e d'ahi a rumo até encontrar as divisas entre os bairros da Conceição e Ouro-fino, e depois por ellas, de modo que fique este ultimo bairro pertencendo á mencionada freguezia, e mais a parte do Assunguy de cima, que divide com a freguezia da Palmeira : revogadas as disposições em contrario.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo da provincia do Paraná, em dezeseis de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da independencia e do imperio.

FRANCISCO LIBERATO DE MATTOS.

(L. do S.)

Carta da lei pela qual V. Ex. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, marcando as divisas entre os districtos da capital e freguezia do Campo-Largo.

Para V. Ex. ver.

*Theolindo Ferreira Ribas* a fez.

Sellada e publicada na secretaria da presidencia, aos  
16 de Fevereiro de 1859.

O secretario da provincia

*José Martins Pereira de Alencastre.*

Registrada a fs. do livro de leis, decretos e resoluções  
da assembléa legislativa provincial. Secretaria do go-  
verno da provincia do Paraná, em 16 de Fevereiro de  
1859.

*Theolindo Ferreira Ribas.*

---

### **LEI N.º 51—DE 16 DE FEVEREIRO DE 1859.**

Francisco Liberato de Mattos, bacharel formado em  
sciencias sociaes e juridicas pela faculdade de Olinda,  
commendador da Imperial Ordem da Rosa, e presiden-  
te da provincia do Paraná. Faço saber a todos os seus  
habitantes que a assembléa legislativa provincial de-  
cretou e eu sancionei a lei seguinte :

Art. 1.º Os antigos professores e professoras vita-  
licios, que foram comprehendidos nos favores da lei n.  
21 de 2 de Março de 1857, por designação do governo,  
ou por haverem feito exame de capacidade, terão direi-  
to a aposentadoria ou jubilação com o ordenado que ora  
percebem, uma vez que completem o tempo de vinte



cinco annos, contados da data da posse ou exercicio anterior á supracitada lei.

Art. 2.<sup>o</sup> Os professores, porem, que se impossibilitarem de continuar no magisterio por motivo de molestia, competentemente provada, tendo mais de doze annos de magisterio, serão aposentados com ordenado proporcional ao tempo da exercicio, distribuido por vinte cinco annos; e neste caso será incompativel a jubilação com a percepção de vencimentos por outro qualquer emprego para que sejam posteriormente nomeados.

Art. 3.<sup>o</sup> Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo da provincia do Paraná, em dezeseis de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da independencia e do imperio.

FRANCISCO LIBERATO DE MATTOS.

(L do S.)

Carta de lei pela qual V. Ex. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, regulando a aposentadoria dos antigos professores e professoras vitalicios do instrucção primaria desta provincia.

Para V Ex. ver.

*Theolindo Ferreira Ribas* n fez.

Sellada e publicada na secretaria da presidencia, aos  
16 de Fevereiro de 1859.

O secretario da provincia

*José Martins Pereira de Alencastre.*

Registrada n.º fs. do livro de leis, decretos e resoluções  
da assembléa legislativa provincial. Secretaria do go-  
verno da provincia do Paraná, em 16 de Fevereiro de  
1859.

*Theolindo Ferreira Ribas.*

---

## **DECRETO N.º 52—DE 18 DE FEVEREIRO DE 1859.**

Francisco Liberato de Mattos, bacharel formado em  
sciencias sociaes e juridicas pela faculdade de Olinia,  
commendador da Imperial Ordem da Rosa, e presiden-  
te da provincia do Paraná. Faço saber a todos os seus  
habitantes que a assembléa legislativa provincial, sob  
proposta da camara municipal da capital, decretou a  
resolução seguinte :

### **CAPITULO I**

#### **DOS FOROS DE TERRENOS DO ROCIO.**

Art. 1.º Fica elevado a 40 rs. o foro annual de cada  
braça de frente com 50 de fundos dos terrenos do rocio  
da capital e de outras povoações do municipio, que d'ora  
em diante forem dados de aforamento pela respectiva  
camara.

Art. 2.º Fica prohibida a concessão de carta de fôro com uma área maior de 2500 braças superficiaes; e igualmente o conceder-se ao mesmo individuo mais de um aforamento, salvo se houver aproveitado por cultura o terreno anteriormente concedido.

Art. 3.º A petição para concessão de carta de fôro deve ser apresentada á camara com informação do fiscal, da qual conste achar-se devoluto o terreno pedido, e de não haverem nelles mattos altos.

Art. 4.º As pedreiras, leitos de arêa, barreiros, fontes, madeiras, lenha, taquara e outros quaesquer objectos de uso publico, embora comprehendidos em terrenos aforados, serão franqueados logo que pela camara o for ordenado.

Art. 5.º A camara não poderá negar o aforamento de terrenos que comprehendam os objectos acima mencionados, salvo se forem necessarios para algum estabelecimento publico já conhecido.

Art. 6.º Nem-uma carta de aforamento será passada, sem que o respectivo terreno tenha sido medido e demarcado pelo fiscal e piloto da camara municipal, pagando o interessado 8U000 pelas diligencias, dos quaes pertencerá metade á camara, e metade aos ditos empregados.

Art. 7.º Feitas os diligencias do artigo antecedente, mandará o presidente da camara, por despacho, passar carta de fôro, que será escripta pelo secretario, e assignada por aquelle, depois de sellada com o sello da camara, e pago o respectivo imposto geral. O secretario perceberá 2U000 por esta diligencia.

Art. 8.º O fiscal e piloto da camara municipal verificarão annualmente se os foreiros occupam somente os terrenos aforados; no caso de acharem que algum foreiro occupa terreno maior do que o aforado, lavrará o fiscal auto de infracção de postura, que será assignado por duas testemunhas com comminação da multa de 50 rs. por cada braça quadrada, que exceder do fôro.

A metade da referida multa fará parte das rendas da



camara, e a outra metade pertencerá aos empregados encarregados da verificação.

Art. 9.º Os incursos na pena do artigo antecedente são obrigados a tirar por aforamento o terreno que de mais occuparem, observando-se quanto ao numero de braças o disposto no art. 2.º destas posturas, ou a abrir mão do terreno indevidamente occupado.

As disposições deste artigo e do antecedente são extensivas aos que occuparem terrenos do rocio sem carta de fôro.

Art. 10. O que obtiver carta de fôro de terrenos do rocio, e no prazo de dous annos o não cercar e não fizer casa de morada, perderá o direito a elle, ficando desde logo havido por devoluto.

Art. 11. Ninguém poderá traspassar carta de fôro, sem participar ao procurador da camara, para este fazer a competente nota no livro respectivo.

O infractor pagará a multa de 10U000.

Art. 12. E' prohibido o côrte de arvores fructíferas nos mattos do rocio.

O infractor pagará a multa de 5U000 por cada arvore derribada.

## CAPITULO II

### DA IMPOSIÇÃO SOBRE JOALHEIROS.

Art. 13. Fica elevada á 300U000 por seis mezes e 400U000 por um anno a imposição do art. 4.º das posturas de 5 de Setembro de 1854.

Art. 14. Fica elevada á 200U000 por seis mezes e 300U000 por um anno a imposição do art. 6.º das posturas a que se refere o artigo antecedente.

## CAPITULO III

### DAS TERRAS DE PLANTAS E PASTAGEM.

Art. 15. As seiscentas braças consideradas como li-

mites das terras de pastagem com as de planta pelo art. 1.º das posturas de 18 de Fevereiro de 1857, ficam reduzidas a trezentas.

Art. 16. Os terrenos de planta limitados com os de pastagem por algum rio, que só permita passagem por pontes, não ficam comprehendidos na disposição do artigo antecedente, e serão considerados de planta desde a sua margem.

Art. 17. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo da provincia do Paraná, em desoito de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da independencia e do imperio.

FRANCISCO LIBERATO DE MATTOS.

(L. do S.)

Sellada e publicada na secretaria da presidencia, aos 18 de Fevereiro de 1859.

O secretario da provincia

*José Martins Pereira de Alencastre.*

Registrada a fz. do livro de leis, decretos e resoluções da assembléa legislativa provincial. Secretaria do governo da provincia do Paraná, aos 18 de Fevereiro de 1859.

*Thecolindo Ferreira Ribas.*

**LEI N.º 53—DE 2 DE MARÇO DE 1859.**

**Luiz Francisco da Camara Leal**, bacharel formadô em sciencias sociaes e juridicas pela academia de S. Paulo fidalgo cavalleiro da casa imperial, commendador da Ordem de Christo, e vice-presidente da provincia do Paranã. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancção-nei a lei seguinte :

**Art. 1.º** Ficam restabelecidas entre o municipio da villa do Principe e freguezia do Yguassú as divisas marcadas pela lei provincial n: 21 de 28 de Fevereiro de 1855, com as alterações seguintes :

**Art. 2.º** Da barra do rio Pindaúba, entre os ribeiros denominados Isabel Alves e Onça até sua cabeceira ; desta á do rio do Caxo ; e da cabeceira deste a rumo até a barra do ribeiro do Turvo no rio da Varzea.

**Art. 3.º** O governo é autorizado a concluir as divisas entre a mencionada freguezia, e villas do Principe e S. José dos Pinhaes do rio da Varzea em diante, ficando dependentes da approvação do corpo legislativo.

**Art. 4.º** Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo da provincia do Paranã, em dous de Março de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da independencia do imperio.

**LUIZ FRANCISCO DA CAMARA LEAL.**

(L. do S.)



Carta de lei pela qual V. Ex. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, que restabelece, entre a freguezia do Yguassú e villa do Principe, as divisas marcadas pela lei provincial n. 21 de 28 de Fevereiro de 1855.

Para V. Ex. ver.

*Constantino Ferreira Bello a fez.*

Sellada e publicada nesta secretaria da presidencia da provincia do Paraná, aos 2 de Março de 1859.

No impedimento do secretario

*Theolindo Ferreira Ribas.*

Registrada a fs. do livro de leis, decretos e resoluções da assembléa legislativa provincial. Secretaria do governo da provincia do Paraná, em 2 de Março de 1859.

*Constantino Ferreira Bello.*

---

## LEI N.º 54—DE 2 DE MARÇO DE 1859.

Luiz Francisco da Camara Leal, bacharel formado em sciencias sociaes e juridicas pela academia de S. Paulo, fidalgo cavalleiro da casa imperial, commendador da Ordem de Christo, e vice-presidente da provincia do Paraná. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. Unico. Fica creada uma quarta comarca nesta provincia, comprehendendo a villa de Nossa Senhora de

Bethlem de Guarapuava, freguezia de Palmas e Colonia Thereza : revogadas as disposições em contrario.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo da provincia do Paraná, em dous de Março de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da independencia e do imperio.

LUIZ FRANCISCO DA CAMARA LEAL.

(L. do S.)

Carta de lei pela qual V. Ex. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, creando uma quarta comarca no termo de Guarapuava, como acima se declara.

Para V. Ex. ver.

*Constantino Ferreira Bello* a fez.

Sellada e publicada na secretaria da presidencia, aos 2 de Março de 1859.

No impedimento do secretario

*Theolindo Ferreira Ribas.*

Registrada a fs. do livro de leis, decretos e resoluções da assembléa legislativa provincial. Secretaria do governo da provincia do Paraná, em 2 de Março de 1859.

*Constantino Ferreira Bello.*

## DECRETO N.º 55—DE 7 DE MARÇO DE 1859.

Luiz Francisco da Camara Leal, bacharel formado em sciencias sociaes e juridicas pela academia de S. Paulo, fidalgo cavalleiro da casa imperial, commendador da Ordem de Christo, e vice-presidente da provincia do Paraná. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial, sob proposta da camara municipal da cidade de Castro, decretou a resolução seguinte :

Art. 1.º Todo aquelle que conduzir ás povoações do municipio generos alimenticios para vender, as percorrerá por espaço de vinte quatro horas, para melhor expol-os, ou se recolherá ás casinhas ; não podendo, em um ou outro caso, e no periodo determinado, vendel-os em porções maiores de alqueire ou arroba, e nestas preferirá as menores.

Art. 2.º Todo aquelle que se recolher ás casinhas com seus generos, pagará durante os tres primeiros dias 120 rs. por cargueiro ; passando esse prazo, 1U000 por dia de estada

Art. 3.º Os infractores das disposições dos artigos antecedentes pagarão a multa de 12U000, e o duplo nas reincidencias.

Art. 4.º Os atravessadores que comprarem generos alimenticios nas estradas que se dirigem ás povoações do municipio, soffrerão a pena de multa de 30U000 e 8 dias de prisão, duplicada nas reincidencias. Igual pena soffrerão os fiscaes negligentes.

Art. 5.º Não serão reputados atravessadores os que pelos sitios comprarem generos alimenticios para venderem nas povoações, se os expozerem por espaço de quarenta e oito horas, e sujeitarem-se ás outras disposições do art. 1.º

Art. 6.º Os mascates, que venderem ouro, pedras

preciosas e bijouterias, pagarão de licença por um anno 150U000, e por seis mezes 100U000. Os infractores pagarão, alem da importancia da licença, a multa de 50U000. A licença será requerida ao presidente da camara municipal, passada pelo secretario á vista de conhecimento do procurador, e assignada por aquelles.

Art. 7.º E' prohibido roçar ou derribar atalho aberto as matas do rocio desta cidade, excepto as de terrenos aforados. Os infractores pagarão a multa de 10 a 20U000.

Art. 8.º São prohibidas nas estradas as porteiras de varas corridas. Os contraventores pagarão a multa de 10 a 20U000. Em igual multa incorrerão os viajantes que deixarem abertas as porteiras de bater.

Art. 9.º Todo aquelle que lançar na rua aguas impuras, ou substancias putrefactas, que possam prejudicar a saude publica, ou embaraçar o escoamento dellas, pagará a multa de 6U000, e será obrigado a removelas para o logar de despejo marcado pela camara municipal, e não o fazendo, logo que for avisado pelo fiscal, ou autoridade policial, se farão remover á sua custa.

Art. 10. E' prohibida a concessão de cartas de aforamento, que comprehendam matos do rocio.

Art. 11. E' prohibida a demora das bestas de tropa nas ruas da cidade, alem do tempo necessario para a carga e descarga das mesmas, quando esse serviço for feito em acto successivo; e, no caso contrario, esperarão fóra, e entrarão alternadamente. Os infractores pagarão a multa de 10 a 20U000, e soffrerão a pena de 8 dias de prisão.

Art. 12. Fica elevado a 60 réis o fóro que d'ora em diante se conceder, por cada braça de frente com o respectivo fundo, nos terrenos do rocio. A falta de pagamento do respectivo fóro induz perda do terreno aforado, que será por isso reputado devoluto.

Art. 13. E' prohibido arrastar madeiras pelas ruas da cidade, excepto em carros ou carretões, os quaes são



sujeitos ao imposto de que trata o art. 11 das posturas municipaes de 14 de Março de 1855. Os infractores pagarão a multa de 10 a 20U000, ou soffrerão oito dias de prisão.

Art. 14. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo da provincia do Paraná, aos sete de Março de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da independencia e do imperio.

LUIZ FRANCISCO DA CAMARA LEAL.

(L. do S.)

Sellada e publicada na secretaria da presidencia, aos 7 de Março de 1859.

No impedimento do secretario

*Theolindo Ferreira Ribas.*

Registrada a f. do livro de leis, decretos e resoluções da assembléa legislativa provincial. Secretaria do governo da provincia do Paraná, em 2 de Março de 1859.

*Constantino Ferreira Bello.*

---

preciosas e bijouterias, pagarão de licença por um anno 150U000, e por seis mezes 100U000. Os infractores pagarão, alem da importancia da licença, a multa de 50U000. A licença será requerida ao presidente da camara municipal, passada pelo secretario á vista de conhecimento do procurador, e assignada por aquelles.

Art. 7.<sup>o</sup> E' prohibido roçar ou derribar atalho aberto as mattas do rocio desta cidade, excepto as de terrenos aforados. Os infractores pagarão a multa de 10 ■ 20U000.

Art. 8.<sup>o</sup> São prohibidas nas estradas as porteiras de varas corridas. Os contraventores pagarão a multa de 10 a 20U000. Em igual multa incorrerão os viajantes que deixarem abertas as porteiras de bater.

Art. 9.<sup>o</sup> Todo aquelle que lançar na rua aguas impuras, ou substancias putrefactas, que possam prejudicar a saude publica, ou embaraçar o escoamento dellas, pagará a multa de 6U000, e será obrigado a removel-as para o logar de despejo marcado pela camara municipal, e não o fazendo, logo que for avisado pelo fiscal, ou autoridade policial, se farão remover á sua custa.

Art. 10. E' prohibida a concessão de cartas de aforamento, que comprehendam mattos do rocio.

Art. 11. E' prohibida a demora das bestas de tropa nas ruas da cidade, alem do tempo necessario para a carga e descarga das mesmas, quando esse serviço for feito em acto successivo; e, no caso contrario, esperarão fóra, e entrarão alternadamente. Os infractores pagarão a multa de 10 a 20U000, e soffrerão a pena de 8 dias de prisão.

Art. 12. Fica elevado a 60 réis o fóro que d'ora em diante se conceder, por cada braça de frente com o respectivo fundo, nos terrenos do rocio. A falta de pagamento do respectivo fóro induz perda do terreno aforado, que será por isso reputado devoluto.

Art. 13. E' prohibido arrastar madeiras pelas ruas da cidade, excepto em carros ou carretões, os quaes são

sujeitos ao imposto de que trata o art. 11 das posturas municipaes de 14 de Março de 1855. Os infractores pagarão a multa de 10 a 20U000, ou soffrerão oito dias de prisão.

Art. 14. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo da provincia do Paraná, aos sete de Março de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da independencia e do imperio.

LUIZ FRANCISCO DA CAMARA LEAL.

(L. do S.)

Sellada e publicada na secretaria da presidencia, aos 7 de Março de 1859.

No impedimento do secretario

*Theolindo Ferreira Ribas.*

Registrada n.º 1.º do livro de leis, decretos e resoluções da assembléa legislativa provincial. Secretaria do governo da provincia do Paraná, em 2 de Março de 1859.

*Constantino Ferreira Bello.*

# LEI N.º 56—DE 7 DE MARÇO DE 1859.

Luiz Francisco da Camara Leal, bacharel formado em sciencias sociaes e juridicas pela academia de S. Paulo, fidalgo cavalleiro da casa imperial, commendador da Ordem de Christo, e vice-presidente da provincia do Paraná. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancção-nei a lei seguinte :

## CAPITULO I

### DESPEZAS MUNICIPAES.

Art. 1.º As camaras municipaes da provincia do Paraná são autorisadas a despende no anno financeiro do 1.º de Janeiro ao ultimo de Dezembro de 1860, a quantia de 54:760U272 nos seguintes objectos de seu expediente .

#### § 1.º—*Camara da capital.*

|  |           |
|--|-----------|
| Gratificação ao secretario . . .                       | 350U000   |
| ” ao fiscal . . .                                      | 350U000   |
| ” ao advogado . . .                                    | 200U000   |
| ” ao continuo . . .                                    | 150U000   |
| ” ao fiscal da freguezia da Palmeira . . .             | 50U000    |
| Gratificação ao de Campo-Largo . . . . .               | 50U000    |
| Expediente do jury, custas e meias ditas . . . . .     | 400U000   |
| Iluminação interna e externa da cadeia e limpeza . . . | 800U000   |
|  | <hr/>     |
|  | 2:350U000 |



|   |           |            |
|---|-----------|------------|
| Transporte . . . . .  | 2:350U000 |            |
| Despezas eventuaes, inclusi-<br>ve papel, penas, tinta &c.,<br>festejos nacionaes e posse<br>de presidentes . . . . .   | 1:000U000 |            |
| Aluguél da casa de prisão na<br>freguezia do Yguassú. . . . .   | 40U000    |            |
| Aluguel da casa de prisão na<br>freguezia de Campo Largo . . . . .  | 60U000    |            |
| Obras publicas em geral . . . . .   | 9:044U728 |            |
| Obras publicas na freguezia<br>de Campo Largo, o que<br>for ali arrecadado . . . . .  | 200U000   |            |
| Obras publicas na freguezia<br>da Palmeira, o que for ali<br>arrecadado . . . . .   | 200U000   |            |
| Com a desapropriação da par-<br>te da casa de Anna do Ivo,<br>para abrir-se um becco em<br>frente á rua das Flores, ou<br>da casa de Rosa Guedes,<br>para abrir rua em frente á<br>Alegre, podendo ser des-<br>pendido desde já . . . . . | 1:000U000 |            |
| Commissão ao procurador . . . . .   | 600U000   | 14:494U728 |

§ 2.º— *Camara de Paranaguá.*

|                                      |         |
|--------------------------------------|---------|
| Gratificação ao secretario . . . . . | 400U000 |
| » ao fiscal . . . . .                | 300U000 |
| » ao de Guarakes-<br>sava . . . . .  | 100U000 |
| Gratificação ao porteiro . . . . .   | 150U000 |
|                                      | <hr/>   |
|                                      | 950U000 |

|   |           |            |
|---|-----------|------------|
| Transporte . . . . .  | 950U000   | 14:494U728 |
| Gratificação a dous guardas<br>fiscaes . . . . .  | 380U000   |            |
| Commissão ao procurador . . . . .   | 714U137   |            |
| Asscio e reparos da casa da<br>camara . . . . .   | 400U000   |            |
| Illuminação interna e externa<br>da cadêa, e fonte . . . . .  | 400U000   |            |
| Limpeza e reparos da cadêa. . . . .   | 350U000   |            |
| Expediente da camara, jury,<br>custas e meias ditas . . . . .   | 1:500U000 |            |
| Eventuaes, inclusive eleições . . . . .   | 1:000U000 |            |
| Com as obras da matriz . . . . .  | 1:000U000 |            |
| Com a capella de Guarakes-<br>sava . . . . .  | 400U000   |            |
| Obras publicas em geral . . . . .   | 5:725U147 |            |
| Supprimento a presos pobres. . . . .  | 1:000U000 |            |
| Com a construcção de um edi-<br>ficio para as sessões da ca-<br>mara, recebida que seja a<br>divida do governo de S.<br>Paulo . . . . . | 4:791U000 | 18:590U284 |

§ 3.º—*Camara da cidade de Castro.*

|   |           |            |
|---|-----------|------------|
| Gratificação ao secretario . . . . .                        | 300U000   |            |
| ” ao fiscal . . . . .                                       | 200U000   |            |
| ” ao continuo . . . . .                                     | 100U000   |            |
| Limpeza da cadêa e luzes<br>para a mesma . . . . .          | 300U000   |            |
| Expediente do jury, custas e<br>meias ditas . . . . .       | 200U000   |            |
| Aluguel da casa para depo-<br>sito de mantimentos . . . . . | 120U000   |            |
|   | 1:220U000 | 33:085U012 |

|  |           |            |
|--|-----------|------------|
| Transporte . . . . .   | 1:120U000 | 33:085U012 |
| Eventuaes e expediente da<br>camara . . . . .  | 400U000   |            |
| Limpeza das ruas e chafarizes . . . . .  | 150U000   |            |
| Commissão ao procurador . . . . .  | 200U000   |            |
| Para desapropriação da casa<br>de José Ramos de Araujo<br>e Antonio Nunes do Si-<br>queira . . . . . | 800U000   |            |
| Obras publicas em geral . . . . .  | 4:287U451 | 7:057U451  |
|  | <hr/>     |            |

§ 4.º—*Camara de Antonina.*

|   |         |           |
|---|---------|-----------|
| Gratificação ao secretario . . . . .  | 200U000 |           |
| ” ao fiscal . . . . .   | 100U000 |           |
| ” ao continuo. . . . .  | 50U000  |           |
| Aluguel da casa da camara e<br>cadea . . . . .                                | 76U800  |           |
| Jury, custas e incias ditas . . . . .   | 100U000 |           |
| Luzes para a cadea e limpeza. . . . .   | 100U000 |           |
| Eventuaes, inclusive a com-<br>missão do procurador . . . . .                 | 200U000 |           |
| Obras publicas em geral, in-<br>clusive limpeza do rocio e<br>cidade. . . . . | 574U200 | 1:401U000 |
|   | <hr/>   |           |

§ 5.º—*Camara do Principe.*

|                                      |         |            |
|--------------------------------------|---------|------------|
| Gratificação ao secretario . . . . . | 240U000 |            |
| ” ao fiscal . . . . .                | 80U000  |            |
| ” ao do Rio Negro . . . . .          | 50U000  |            |
| ” ao continuo. . . . .               | 50U000  |            |
|                                      | <hr/>   |            |
|                                      | 420U000 | 41:543U463 |

|  |           |            |
|--|-----------|------------|
| Transporte . . . . .   | 420U000   | 41:543U463 |
| Expediente da camara, inclusive eleições e uma duzia de cadeiras . . . . . | 350U000   |            |
| Illuminação, limpeza e concerto da cadêa . . . . .                         | 150U000   |            |
| Expediente do jury, custas e meias ditas . . . . .                         | 250U000   |            |
| Eventuaes, inclusive a commissão do procurador . . . . .                   | 350U000   |            |
| Obras publicas em geral . . . . .  | 2:331U218 |            |
| Aluguel da casa para deposito de mantimentos. . . . .                      | 48U000    | 3:899U218  |
|  | -----     |            |

§ 6.º—*Camara de Guaratuba.*

|  |         |         |
|--|---------|---------|
| Gratificação ao secretario . . . . .                     | 80U000  |         |
| ” ao fiscal . . . . .                                    | 30U000  |         |
| ” ao continuo . . . . .                                  | 12U000  |         |
| Aluguel da casa da camara e cadêa . . . . .              | 36U000  |         |
| Luzes para a cadêa . . . . .                             | 2U880   |         |
| Expediente da camara e commissão do procurador . . . . . | 20U000  |         |
| Eventuaes . . . . .                                      | 40U000  |         |
| Obras publicas em geral . . . . .                        | 264U041 | 484U921 |
|  | -----   |         |

§ 7.º—*Camara de S. José dos Pinhães.*

|                                      |         |            |
|--------------------------------------|---------|------------|
| Gratificação ao secretario . . . . . | 200U000 |            |
| ” ao fiscal . . . . .                | 120U000 |            |
| ” ao continuo. . . . .               | 50U000  |            |
| Aluguel da casa de prisão . . . . .  | 50U000  |            |
|                                      | -----   |            |
|                                      | 420U000 | 45:927U602 |



|   |           |            |
|---|-----------|------------|
| Transporte . . . . .                                    | 420U000   | 48:927U602 |
| Eventuaes, inclusive papel,<br>pena, tinta, &c. . . . . | 80U000    |            |
| Pontes e illuminação pela de-<br>cima urbana. . . . .   | 57U600    |            |
| Para um chafariz, desde já .                            | 400U000   |            |
| Calçamento da rua da Sahida,<br>desde já . . . . .      | 129U000   |            |
| Commissão ao procurador .                               | 80U000    |            |
| Obras publicas em geral. .                              | 2:023U195 | 3:189U795  |

---

§ 8.<sup>o</sup>—*Camara da Ponta-Grossa.*

|  |           |           |
|--|-----------|-----------|
| Gratificação ao secretario .                     | 80U000    |           |
| "    ao fiscal . . . . .                         | 30U000    |           |
| "    ao continuo . . . . .                       | 20U000    |           |
| Illuminação da cadeia. . . .                     | 20U000    |           |
| Aluguel da casa que serve de<br>prisão . . . . . | 24U000    |           |
| Eventuaes . . . . .                              | 100U000   |           |
| Obras publicas em geral. .                       | 1:229U045 | 1:503U045 |

---

§ 9.<sup>o</sup>—*Camara de Morretes.*

|  |         |            |
|--|---------|------------|
| Gratificação ao secretario .   | 200U000 |            |
| "    ao fiscal . . . . .   | 100U000 |            |
| "    ao do Porto de<br>Cima . . . . .  | 50U000  |            |
| Gratificação ao continuo. .  | 70U000  |            |
| Aluguel de casas para a ca-<br>mara, o prisão na villa e<br>Porto de Cima. . . . . | 216U000 |            |
| Expediente do jury, custas e<br>meias ditas . . . . .                              | 35U000  |            |
|  | 671U000 | 50:620U442 |

---

|  |           |            |
|--|-----------|------------|
| Transporte . . . . .                             | 671U000   | 50:620U442 |
| Luzes para as prisões. . . . .                   | 60U000    |            |
| Eventuaes e commissão ao<br>procurador . . . . . | 230U000   |            |
| Obras publicas em geral. . . . .                 | 1:818U580 | 2:779U680  |

---

§ 10.—*Camara de Guarapuava.*

|   |         |           |
|---|---------|-----------|
| Pelo orçamento anterior :                             |         |           |
| Gratificação ao secretario . . . . .                  | 130U000 |           |
| ” ao fiscal . . . . .                                 | 80U000  |           |
| ” ao continuo . . . . .                               | 50U000  |           |
| Expediente do jury, custas e<br>meias ditas . . . . . | 70U000  |           |
| Eventuaes, e commissão do<br>procurador . . . . .     | 130U000 |           |
| Obras publicas em geral. . . . .                      | 900U250 | 1:360U250 |

---

54:760U272

---

## CAPITULO II

### RECEITA MUNICIPAL.

Art. 2.º Fica orçada a receita municipal no anno financeiro de 1860 na quantia de Rs. 54:760U272, calculada pela maneira seguinte :

§ 1.º—*Camara da capital.*

|  |                 |
|--|-----------------|
| Saldo da anterior . . . . .  | 1:890U071       |
| Herva mate, subsidio e panno<br>de algodão . . . . .                               | 1:100U000       |
| Aluguel de casinhas, aferi-<br>ções e 80 rs. por cabeça de<br>rez cortada. . . . . | 410U000         |
|  | <hr/> 3:400U071 |

|   |           |            |
|---|-----------|------------|
| Transporte . . . . .                                      | 3:400U071 |            |
| Feros do rocio. . . . .                                   | 700U000   |            |
| Cartas de data. . . . .                                   | 100U000   |            |
| Imposto sobre carros . . . .                              | 140U000   |            |
| "    "    parelhas de ca-<br>vallos . . . . .             | 50U000    |            |
| Imposto sobre mascates e joa-<br>lheiros . . . . .        | 400U000   |            |
| Imposto sobre bilhares . . . .                            | 32U000    |            |
| Licenças para espectaculos . .                            | 30U000    |            |
| Multas por infracção de pos-<br>turas . . . . .           | 150U000   |            |
| Novo imposto . . . . .                                    | 400U000   |            |
| Decima urbana da capital . . .                            | 1:700U000 |            |
| "    "    da freguezia<br>de Campo Largo . . . . .        | 30U000    |            |
| Decima urbana da freguezia<br>da Palmeira . . . . .       | 40U000    |            |
| Divida de novo imposto . . . .                            | 32U000    |            |
| Divida de feros do rocio . . . .                          | 756U292   |            |
| Divida da decima urbana . . . .                           | 1:564U365 |            |
| Divida de multa imposta pelo<br>juiz de direito . . . . . | 5:020U000 | 14:494U728 |

§ 2.º—*Camara de Paranaguá.*

|   |         |  |
|---|---------|--|
| Imposto sobre vinho, vinagre<br>e azeite doce . . . . . | 200U000 |  |
| Imposto sobre aguardente do<br>municipio . . . . .      | 128U000 |  |
| Imposto sobre algodão grosso .                          | 120U000 |  |
| "    "    lastro do em-<br>barcações . . . . .          | 80U000  |  |
| Imposto sobre terrenos para<br>edificar . . . . .       | 60U000  |  |
|   | <hr/>   |  |
|   | 588U000 |  |

|  |         |           |
|--|---------|-----------|
| Transporte . . . . .                                   | 588U000 | 14:494U72 |
| Imposto sobre fumo importado . . . . .                 | 120U000 |           |
| Imposto sobre aguardente de fôra . . . . .             | 600U000 |           |
| Imposto sobre o rocio e Cotinga . . . . .              | 120U000 |           |
| Imposto sobre pipa de azeite que não for doce . . . .  | 40U000  |           |
| Imposto sobre farinha e outros grãos . . . . .         | 100U000 |           |
| Imposto sobre sal importado .                          | 200U000 |           |
| ” ” lancha de cabotagem . . . . .                      | 64U000  |           |
| Imposto sobre engenho de socue e serra . . . . .       | 60U000  |           |
| Imposto sobre embarcações que carregam madeiras .      | 600U000 |           |
| Imposto sobre liquidos espirituosos brancos . . . .    | 480U000 |           |
| Imposto sobre rezes cortadas                           | 360U000 |           |
| ” ” medidas para sal e grãos . . . . .                 | 40U000  |           |
| Imposto sobre animaes que pastam no campo . . . .      | 100U000 |           |
| Imposto sobre negocios já estabelecidos . . . . .      | 600U000 |           |
| Imposto sobre officinas já estabelecidas . . . . .     | 120U000 |           |
| Imposto sobre espectaculos publicos . . . . .          | 24N000  |           |
| Imposto sobre carros e carroças . . . . .              | 70U000  |           |
| Imposto sobre casas de drogas e outros generos . . . . | 30U000  |           |



|  |           |            |
|--|-----------|------------|
| Transporte . . . . .   | 4:316U000 | 14:494U728 |
| Imposto sobre hilhares . . . . .                                     | 24U000    |            |
| ” ” fabricas e olarias . . . . .                                     | 32U000    |            |
| Imposto sobre porcos mortos . . . . .                                | 20U000    |            |
| ” ” barris de polvora . . . . .                                      | 20U000    |            |
| Imposto sobre cal . . . . .  | 40U000    |            |
| ” ” telha e tijolos . . . . .  | 120U000   |            |
| ” ” couros . . . . .   | 600U000   |            |
| ” ” peças de cabos . . . . .   | 150U000   |            |
| ” ” arroz pilado . . . . .   | 400U000   |            |
| ” ” licença para abrir casa de negocio . . . . .                     | 120U000   |            |
| Imposto sobre licença para abrir casa de officinas . . . . .         | 100U000   |            |
| Imposto sobre mascates do municipio . . . . .                        | 100U000   |            |
| Imposto sobre mascates vindos de fóra . . . . .                      | 100U000   |            |
| Imposto sobre joias e fazendas . . . . .                             | 150U000   |            |
| Imposto sobre mascates de joias . . . . .                            | 100U000   |            |
| Imposto sobre mascates de bijouterias . . . . .                      | 60U000    |            |
| Imposto sobre bailes . . . . .                                       | 4U000     |            |
| ” ” os que tirarem esmola para as festas do Espirito Santo . . . . . | 30U000    |            |
| Aferições de pesos e medidas . . . . .                               | 61U500    |            |
| Aluguel do açougue publico . . . . .                                 | 60U000    |            |
| Cobrança da divida activa . . . . .                                  | 1:795U784 |            |
| Multa por infracção de posturas . . . . .                            | 300U000   |            |

---

8:703U284 14:494U728

|   |           |            |
|---|-----------|------------|
| Transporte . . . . .  | 8:703U284 | 14:494U728 |
| Renda eventual e excesso de<br>orçamento . . . . .          | 1:000U000 |            |
| Imposto sobre rezes arrecada-<br>do pela thesouraria. . . . | 96U000    |            |
| Imposto da decima urbana . .                                | 3:000U000 |            |
| Supprimento a presos pobres                                 | 1:000U000 |            |
| Cobrança da divida de S.<br>Paulo. . . . .                  | 4:791U000 | 18:590U288 |

§ 3.º—*Camara da cidade de Castro.*

|  |           |            |
|--|-----------|------------|
| Saldo da anterior depois de<br>deduzida a quantia de Rs.<br>1:455U638 para ser des-<br>pendida no corrente anno,<br>conforme o respectivo or-<br>çamento . . . . . | 1:891U921 |            |
| Saldo em dividas . . . . .   | 762U730   |            |
| Impostos municipaes . . . .  | 207U220   |            |
| " sobre negocios . . . .   | 177U000   |            |
| " sobre mascates e<br>joalheiros . . . . .   | 426U500   |            |
| Imposto sobre rez cortada ■<br>subsídio . . . . .  | 16U560    |            |
| Aferições . . . . .  | 50U100    |            |
| Foros do rocio e curral do<br>conselho . . . . .   | 220U500   |            |
| Licença para sandangos . . .   | 2U000     |            |
| Rendimento das casinhas . .  | 209U210   |            |
| " de herva mate,<br>panno de algodão ■ sub-<br>sídio de barris . . . . .   | 1:168U092 |            |
| Decima urbana . . . . .  | 354U780   |            |
|  | <hr/>     |            |
|  | 5:406U613 | 33:085U000 |

|                              |           |            |
|------------------------------|-----------|------------|
| Transporte . . . . .         | 5:466U613 | 33:085U012 |
| Imposto sobre carros . . . . | 38U000    |            |
| "    "    carreiras de ca-   |           |            |
| vallos . . . . .             | 10U000    |            |
| Multas impostas pelo juiz de |           |            |
| direito . . . . .            | 33U200    |            |
| Multas por infracção de pos- |           |            |
| turas . . . . .              | 54U000    | 7:057U451  |

---

§ 4.º—*Camara de Antonina.*

|                                |         |
|--------------------------------|---------|
| Saldo da anterior . . . . .    | 250U000 |
| Imposto sobre rezes . . . . .  | 50U000  |
| "    "    betas, madei-        |         |
| ras e ripas . . . . .          | 60U000  |
| Imposto sobre negociantes e    |         |
| mascates . . . . .             | 64U000  |
| Imposto sobre joalheiros . . . | 30U000  |
| Espectaculos publicos . . . .  | 80U000  |
| Imposto sobre embarcações .    | 70U000  |
| "    "    pipa de aguar-       |         |
| dente do municipio. . . . .    | 200U000 |
| Imposto sobre pipa de liqui-   |         |
| dos importado . . . . .        | 40U000  |
| Imposto sobre cal exportada.   | 20U000  |
| "    "    animaes que          |         |
| pastam no rocio. . . . .       | 25U000  |
| Imposto sobre algodão de       |         |
| Minas. . . . .                 | 5U000   |
| Decima urbana . . . . .        | 300U000 |
| Imposto sobre carros . . . . . | 10U000  |
| Foros do rocio . . . . .       | 5U000   |
| Aferições de pesos e medidas   | 22U000  |

---

1:231U000    40:142U463



|   |           |            |
|---|-----------|------------|
| Transporte . . . . .  | 1:790U474 | 41:543U463 |
| Imposto de 80 rs. sobre rezes   | 10U000    |            |
| Decima urbana . . . . .   | 300U000   |            |
| Dívida da barreira do Ytupa-<br>va liquida até 31 de Março<br>de 1858 . . . . .   | 498U046   |            |
| Dívida da barreira do Rio do<br>Pinto liquida até Dezem-<br>bro de 1857 . . . . . | 300U698   | 3:899U218  |

---

§ 6.º—*Camara de Guaratuba.*

|   |         |            |
|---|---------|------------|
| Saldo da anterior . . . . .                                   | 169U691 |            |
| Imposto sobre aguardente na-<br>cional e estrangeira. . . . . | 16U490  |            |
| Imposto sobre fumo impor-<br>tado . . . . .                   | 8U680   |            |
| Imposto sobre herva mate . . . . .                            | 2U760   |            |
| ” ” toucinho . . . . .  | 5U200   |            |
| ” ” embarcações . . . . .                                     | 54U000  |            |
| ” ” taboado expor-<br>tado . . . . .                          | 73U720  |            |
| Imposto sobre carros . . . . .                                | 8U800   |            |
| ” ” animaes que<br>pastam no rocio . . . . .                  | 14U400  |            |
| Imposto sobre terras da ca-<br>mara . . . . .                 | 30U000  |            |
| Imposto sobre milho e arroz<br>exportado . . . . .            | 4U400   |            |
| Imposto sobre aferições e<br>rezes . . . . .                  | 6U960   |            |
| Imposto sobre charque im-<br>portado . . . . .                | 8U860   |            |
| Imposto sobre negocios nos<br>sitios . . . . .                | 24U000  |            |
|   | <hr/>   |            |
|   | 426U961 | 45:442U681 |
|   |         | 10         |



|                             |         |           |
|-----------------------------|---------|-----------|
| Transporte . . . .          | 426U961 | 45:442U68 |
| Imposto sobre decima urbana | 26U960  |           |
| "      "      mascates . .  | 15U000  |           |
| "      "      casas de ne-  |         |           |
| gocios e officinas . . .    | 16U000  | 484U92    |

---

§ 7.º—*Camara de S. José dos Pinhães.*

|                               |           |          |
|-------------------------------|-----------|----------|
| Saldo da anterior . . . .     | 900U592   |          |
| Subsidio de barris, panno de  |           |          |
| algodão e herva mate. . .     | 600U000   |          |
| Licenças para folias . . . .  | 8U000     |          |
| Espectaculos publicos . . .   | 20U000    |          |
| Aferições . . . . .           | 16U000    |          |
| Imposto sobre rezes cortadas  | 31U095    |          |
| Multas por infracções de pos- |           |          |
| turas . . . . .               | 300U000   |          |
| Carreiras de cavallos . . . . | 12U000    |          |
| Novo imposto de 6U400. . .    | 89U200    |          |
| Licenças para mascates . . .  | 40U000    |          |
| Decima urbana . . . . .       | 57U600    |          |
| Divida activa . . . . .       | 1:115U308 | 3:189U79 |

---

§ 8.º—*Camara da Ponta-Grossa.*

|                              |         |  |
|------------------------------|---------|--|
| Saldo da anterior depois de  |         |  |
| deduzida a quantia de Rs.    |         |  |
| 278U552, para ser des-       |         |  |
| pendida no corrente anno     | 94U723  |  |
| Divida activa cobravel . . . | 546U140 |  |
| Licença para negocios . . .  | 100U000 |  |
| Imposto sobre herva mate,    |         |  |
| barris e panno de algodão    | 315U182 |  |
| Imposto sobre carros . . . . | 50U000  |  |

---

1:106U045    49:117U39

|   |           |            |
|---|-----------|------------|
| Transporte . . . . .                                  | 1:106U045 | 49:117U397 |
| Imposto sobre parelhas de cavallos . . . . .          | 20U000    |            |
| Imposto de 80 rs. por cabeça de rez cortada . . . . . | 12U000    |            |
| Aferições . . . . .                                   | 25U000    |            |
| Imposto sobre joalheiros . . . . .                    | 150U000   |            |
| Multas por infracção de posturas . . . . .            | 140U000   |            |
| Decima urbana . . . . .                               | 50U000    | 1:503U045  |

§ 9.º—*Camara de Morreles.*

|  |         |            |
|--|---------|------------|
| Aferições de pesos e medidas . . . . .                       | 22U000  |            |
| Licenças diversas . . . . .                                  | 220U000 |            |
| Animaes que pastam no rocio . . . . .                        | 15U000  |            |
| Imposto sobre aguardente do municipio . . . . .              | 150U000 |            |
| Imposto sobre engenho de soque da villa . . . . .            | 240U000 |            |
| Imposto sobre engenhos do Porto de Cima . . . . .            | 160U000 |            |
| Imposto sobre terrenos para edificar e foros . . . . .       | 95U200  |            |
| Imposto sobre pipa de liquido de fóra do municipio . . . . . | 72U800  |            |
| Imposto sobre lanchas . . . . .                              | 55U000  |            |
| Multas diversas . . . . .                                    | 60U000  |            |
| Imposto sobre carros e carroças . . . . .                    | 60U000  |            |
| Decima urbana . . . . .                                      | 820000  |            |
| Idem do Porto de Cima . . . . .                              | 116U640 |            |
| 80 rs. sobre cabeça de rez cortada . . . . .                 | U       |            |
| Cobrança da divida activa . . . . .                          | 629U140 | 2:779U580  |
|  |         | <hr/>      |
|  |         | 53:400U022 |

Transporte . . . . .

53:400U022

● § 10.—*Camara de Guarapuava.*

|   |         |           |
|---|---------|-----------|
| Pelo orçamento anterior:  |         |           |
| Saldo da anterior que se ver-<br>ficar da conta ainda não<br>prestada . . . . . | 630U250 |           |
| Foros do rocio . . . . .  | 150U000 |           |
| Imposto sobre mascates e joa-<br>lheiros . . . . .                              | 66U000  |           |
| Imposto sobre parelhas de ca-<br>vallos . . . . .                               | 32U000  |           |
| Imposto sobre casas de nego-<br>cios . . . . .                                  | 30U000  |           |
| Imposto sobre jogos licitos . . . . .   | 6U000   |           |
| "    "    rezes . . . . .   | 5U000   |           |
| "    "    carros . . . . .  | 18U000  |           |
| "    "    herva mate e<br>subsídio . . . . .                                    | 300U000 |           |
| Multas diversas . . . . .   | 18U000  |           |
| Decima urbana . . . . .   | 20U000  |           |
| Quantia existente na thesou-<br>raria . . . . .                                 | 85U000  | 1:360U250 |

54:760U272

DISPOSIÇÕES PERMANENTES.

Art. 3.º As camaras da provincia organisarão suas contas conforme o que determina a lei provincial n. 6 de 19 de Fevereiro de 1830 e modelo que com ella baixou, ficando sujeitas á multa por ella imposta, quando não cumprirem todas as suas disposições.

Art. 4.º Apresentarão em frente de suas contas o saldo geral, delle deduzirão o que tem de despende con-

forme o orçamento seguinte para se conhecer o que tem de passar para o orçamento futuro.

Art. 5.º Fica revogado o artigo 5.º da lei provincial n. 13 de 3 de Maio de 1856 por achar-se providenciada a sua disposição pelo art. 47 da lei geral do 1.º de Outubro de 1828.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo da provincia do Paraná, em sete de Março de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da independencia e do imperio.

LUIZ FRANCISCO DA CAMARA LEAL.

(L. do S.)

Carta de lei pela qual V. Ex. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, fixando a receita e despesa das camaras municipaes desta provincia para o anno financeiro de 1859 a 1860, na forma acima declarada.

Para V. Ex. ver.

*Constantino Ferreira Bello* a fez.

Sellada e publicada na secretaria da presidencia, aos 7 de Março de 1859.

No impedimento do secretario

*Theolindo Ferreira Ribas.*

Registrada. Secretaria do governo da provincia do Paraná, em 7 de Março de 1859.

*Constantino Ferreira Bello.*

LEI N.º 57—DE 7 DE MARÇO DE 1859.

Luiz Francisco da Camara Leal, bacharel formado em sciencias sociaes e juridicas pela academia de S. Paulo, fidalgo cavalleiro da casa imperial, cominendador da Ordem de Christo, e vice-presidente da provincia do Paraná. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial, sob proposta da camara municipal da villa de Ponta Grossa, decretou a resolução seguinte :

Art. 1.º E' prohibido fincar estacas nas ruas e becos da villa, em frente as casas o muros. Os infractores soffrerão a multa de 6U000, e o dobro nas reincidencias.

O fiscal intimará aos que ora as conservam para que as façam arrancar e remover no praso de tres dias, no caso porem de o não cumprirem fal-o-ha o fiscal a expensas dos que n' desobedecerem.

Art. 2.º Não são comprehendidos na disposição do artigo antecedente os andaimes necessarios para a construção ou concerto dos edificios, mas neste caso é necessaria a licença da camara, que mandará pelo fiscal marcar o espaço dentro do qual se deverão circunscrever, afim de que não fique embaraçado o transito e nem haja estorvo aos que transitarem.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo da provincia de



Paraná, aos sete de Março de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da independencia e do imperio.

**LUIZ FRANCISCO DA CAMARA LEAL.**

(L. do S.)

Sellada e publicada na secretaria da presidencia, aos 7 de Março de 1859.

No impedimento do secretario

*Theolindo Ferreira Ribas.*

Registrada a fs. do livro de leis, decretos e resoluções da assembléa legislativa provincial. Secretaria do governo da provincia do Paraná, em 7 de Março de 1859.

*Constantino Ferreira Bello.*

---

## **LEI N.º 58—DE 9 DE MARÇO DE 1859.**

Luiz Francisco da Camara Leal, bacharel formado em sciencias sociaes e juridicas pela academia de S. Paulo, fidalgo cavalleiro da casa imperial, commendador da Ordem de Christo, o vice-presidente da provincia do Paraná. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte :

### **TITULO I**

#### **DESPEZA DA PROVINCIA.**

**Art. 1.º** O presidente da provincia é autorisado a

despender no anno financeiro do 1.º de Julho de 1859 a 30 de Junho de 1860 a quantia de Rs. 268:189U000.

§ 1.º Com a assembléa  
legislativa. . . . .

13:760U000

A SABER :

|                             |           |
|-----------------------------|-----------|
| Subsidio a 20 deputados .   | 6:000U000 |
| Ajuda de custo aos mesmos.  | 1:200U000 |
| Ordenado ao official-maior. | 800U000   |
| Ao official . . . . .       | 500U000   |
| A dous amanuenses . . .     | 600U000   |
| Ao porteiro . . . . .       | 400U000   |
| Ao continuo . . . . .       | 260U000   |
| Expediente . . . . .        | 4:000U000 |

§ 2.º Secretaria do go-  
verno . . . . .

13:120U000

A SABER :

|  |           |
|--|-----------|
| Gratificação ao secretario .                   | 400U000   |
| Ordenado a dous 1.ºs offi-<br>ciaes . . . . .  | 2:200U000 |
| Ordenado a dous 2.ºs offi-<br>ciaes . . . . .  | 1:800U000 |
| Ordenado a dous amanuen-<br>ses . . . . .      | 1:400U000 |
| Ordenado ao archivista. .                      | 1:100U000 |
| ” ao porteiro . . .                            | 560U000   |
| ” ao continuo servin-<br>do de correio . . . . | 500U000   |
| Expediente . . . . .                           | 800U000   |

8:760U000 26:880U000

|   |           |            |
|---|-----------|------------|
| Transporte . . . . .                        | 8:760U000 | 26:880U000 |
| Impressão de leis e relatórios . . . . .    | 4:000U000 |            |
| Aluguel da casa para a repartição . . . . . | 360U000   |            |
|   | <hr/>     |            |

§ 3.º Com a administração e arrecadação das rendas . . . . . 30:580U000

A SABER :

|   |           |
|---|-----------|
| Thesouraria provincial :                                |           |
| Ao inspector . . . . .                                  | 800U000   |
| Ao procurador fiscal . . . . .                          | 1:000U000 |
| Ao thesoureiro . . . . .                                | 700U000   |
| Dous chefe de secção . . . . .                          | 1:100U000 |
| ” 1. <sup>as</sup> escripturarios. . . . .              | 800U000   |
| Cinco 2. <sup>as</sup> ” . . . . .                      | 1:800U000 |
| Um official . . . . .                                   | 400U000   |
| Dous amanuenses . . . . .                               | 720U000   |
| Tres praticantes . . . . .                              | 900U000   |
| Um cartorario . . . . .                                 | 400U000   |
| Um continuo . . . . .                                   | 360U000   |
| Um porteiro . . . . .                                   | 200U000   |
| Um correio . . . . .                                    | 200U000   |
| Expediente . . . . .                                    | 1:600U000 |
| Porcentagem aos collectores e seus escriptães . . . . . | 7:000U000 |

Ordenado aos administradores, exactores e seus escriptães, sendo de 2:200U rs. para o administrador do Rio Negro, 700U rs. para o exactor dos Ambrosios,

---

17:980U000 57:460U000  
12

|  |            |            |
|--|------------|------------|
| Transporte . . . . .   | 17:980U000 | 57:460U000 |
| e 500U rs para o escrivão<br>deste . . . . .                                       | 9:600U000  |            |
| A zeladores de pontes, pas-<br>sadores de balsas e repa-<br>ros das mesmas . . . . | 3:000U000  |            |
|  | <hr/>      |            |
| § 4.º Culto publico. . .   |            | 4:020U000  |

A SABER :

|  |           |
|--|-----------|
| Gratificação ao parochio de<br>Palmas . . . . .  | 800U000   |
| Gratificação ao parochio de<br>Guaratuba . . . . .                                     | 200U000   |
| Gratificação aos coadjucto-<br>res das cidades e villas na<br>forma estabelecida . . . | 2:300U000 |
| Guisamento a 20 igrejas .  | 720U000   |

|   |            |
|---|------------|
| § 5.º Engenheiros da<br>provincia . . . . . | 7:000U000  |
| § 6.º Instrucção publica                    | 53:897U665 |

A SABER :

|   |           |
|---|-----------|
| Ordenado ao inspector geral                             | 1:600U000 |
| ” ao sub-inspector .                                    | 1:200U000 |
| Gratificação ao mesmo . .                               | 400U000   |
| ” ao secretario . . .                                   | 800U000   |
| ” a 3 inspectores de<br>districto. . . . .              | 1:080U000 |
| Gratificação ao porteiro do<br>lyceo e secretaria . . . | 400U000   |
| Ordenado ao bedel, podendo<br>o porteiro accumular este |           |

---

5:480U000 122:377U665

|   |            |             |
|---|------------|-------------|
| Transporte . . . . .  | 5:480U000  | 122:377U665 |
| cargo em quanto o serviço<br>permittir . . . . .              | 200U000    |             |
| Ordenado a 19 professores<br>definitivos . . . . .            | 13:800U000 |             |
| Gratificação aos mesmos . . . . .                             | 3:800U000  |             |
| "    a 8 professores<br>contractados . . . . .                | 2:055U000  |             |
| Gratificação a 4 alumnos<br>mestres . . . . .                 | 960U000    |             |
| Gratificação a 4 professores<br>adjuntos . . . . .            | 1:600U000  |             |
| Ordenado a um professor de<br>2. <sup>a</sup> ordem . . . . . | 1:000U000  |             |
| Gratificação ao mesmo . . . . .                               | 400U000    |             |
| Ordenado a 3 professores<br>interinos . . . . .               | 666U665    |             |
| Gratificação a 3 ditos . . . . .                              | 400U000    |             |
| Ordenado a 4 professores de<br>sciencias . . . . .            | 4:800U000  |             |
| Gratificação aos mesmos . . . . .                             | 1:600U000  |             |
| Ordenado a 2 professores de<br>linguas . . . . .              | 1:600U000  |             |
| Gratificação aos mesmos . . . . .                             | 800U000    |             |
| Ordenado a 2 professores<br>avulsos . . . . .                 | 2:200U000  |             |
| Subsidio e material para o<br>lyceo . . . . .                 | 600U000    |             |
| Casa para duas aulas secun-<br>darias avulsas . . . . .       | 216U000    |             |
| Material para os asylos . . . . .                             | 2:000U000  |             |
| Serviço e administração dos<br>mesmos . . . . .               | 1:500U000  |             |
| Pessoal para o ensino dos<br>mesmos . . . . .                 | 2:400U000  |             |



|   |           |             |
|---|-----------|-------------|
| Transporte . . . . .  | 5:486U000 | 122:377U665 |
| Expediente, moveis o eventual . . . . .   | 5:620U000 |             |
| Gratificação a um dos amanuenses da secretaria da assembléa, quando chamado para a secretaria da instrucção publica, por 10 mezes . . . . . | 200U000   |             |
| <hr/>   |           |             |
| § 7.º Policia e segurança publica. . . . .  |           | 50:117U300  |

A SABER :

|  |            |           |
|--|------------|-----------|
| Com uma companhia de força policial em seu estado completo, conforme o plano annexo á lei n. 38 de 26 de Fevereiro do anno passado . . . . . | 49:767U300 |           |
| Luzes e aluguel de casas para os destacamentos . . . . .   | 350U000    |           |
| <hr/>  |            |           |
| § 8.º Catechese e civilisação dos indios. . . . .  |            | 1:000U000 |
| § 9.º Sustento, vestuario e conducção dos presos pobres. . . . .   |            | 6:280U000 |

A SABER :

|  |           |             |
|--|-----------|-------------|
| Gratificação a um medico . . . . .               | 300U000   |             |
| Sustento a 50 presos a 240 rs. diarios . . . . . | 4:380U000 |             |
| <hr/>  |           |             |
|  | 4:680U000 | 179:774U965 |

|   |           |             |
|---|-----------|-------------|
| Transporte . . . .                                  | 4:680U000 | 179:774U965 |
| Curativo, conducção e meios<br>de segurança . . . . | 1:600U000 |             |
| <hr/>   |           |             |
| § 10. Obras publicas .                              |           | 54:727U135  |

A SABER:

|                              |            |
|------------------------------|------------|
| Igrejas matrizes . . . .     | 16:000U000 |
| Cemiterio da capital. . . .  | 3:000U000  |
| Cadeias publicas . . . .     | 10:000U000 |
| Estrada de tropas e outras . | 25:027U135 |

Para melhoramento da ser-  
rinha de S. Miguel, na  
estrada que da cidade de  
Castro dirige-se a capital,  
passando por S. Sebas-  
tião, restituída a seu anti-  
go local pelas Gralhas . . . .

200U000

Com a estrada para a fre-  
guesia de S. João Baptis-  
ta, aproveitando-se o local  
concedido em sua pro-  
priedade pelo cidadão Da-  
vid Antonio Xavier da  
Silva, e igualmente o of-  
ferecimento do mesmo  
para fazer gratuitamente  
uma secção. . . . .

500U000

§ 11. Auxilio aos hospi-  
taes de charidade . . . .

2:000U000

§ 12. Subvenção ao em-  
presario de navegação a va-  
por, substituindo os actuaes

---

236:502U100

|   |             |
|---|-------------|
| Transporte . . . . .  | 236:502U100 |
| que não forem em força,<br>aceio e commodidade iguaes<br>aos da companhia Santista. | 10:000U000  |
| § 13. Com a bibliotheca<br>publica . . . . .  | 500U000     |
| § 14. Com a introduc-<br>ção de colonos . . . . .                                   | 4:500U000   |
| § 15. Despeza eventual  | 6:000U000   |

Sob esta rubrica devem  
ser feitas as despezas de aju-  
da de custo a empregados  
em commissão e publicação  
dos actos officiaes.

|  |           |
|--|-----------|
| § 16. Pagamento de de-<br>positos . . . . .  | 7:760U000 |
| § 17. Pagamento ao vi-<br>gario de Morretes de des-<br>pezas feitas com a matriz<br>daquelle logar não pagas no<br>exercicio vigente por ter se<br>esgotado a verba. . . . . | 265U840   |
| § 18. Ao dito da capital<br>por ditas, ditas, ditas . . .  | 861U060   |
| § 19. Para missa can-<br>tada com musica, e outros<br>festejos no dia da installação<br>da assembléa provincial . .  | 300U000   |
| § 20. Auxilio ao cofre<br>municipal da capital para de-<br>sapropriação de predios ur-<br>banos . . . . .  | 1:500U000 |

---

268:189U000

---

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS.

Art. 2.º O governo fica autorizado a mandar pagar a Manoel Mendes Machado, por serviços feitos na estrada do Arraial no anno de 1852, a quantia que se lhe dever, n vista dos documentos que provem a justiça de sua petição.

Art. 3.º Fica o governo autorizado a mandar pagar a Serafim d'Assis e Oliveira França a quantia de 264U784 que a provincia lhe é a dever de ordenado correspondente ao exercicio do emprego de official da secretaria da assembléa provincial do 1.º de Julho a 11 de Janeiro de 1858.

Art. 4.º Fica o governo autorizado a fazer distribuir convenientemente a porcentagem das barreiras da Graciosa, Rio do Pinto e Ytupava pelos seus respectivos exactores.

Art. 5.º Fica o governo autorizado a mandar pagar a João José Ferreira, e em vista dos documentos, a quantia de 150U000, importancia de uma secção da estrada da Matta á freguezia do Campo Largo, que fez no anno de 1856, por contracto com o respectivo inspector.

Art. 6.º Fica o governo autorizado a conceder a Manoel Antonio Pereira Alves e João Antonio Pereira o premio decretado pelo art. 2.º da lei provincial n. 30 de 12 de Março de 1857, em favor da introduccão de uma machina de fabricar herva mate na provincia, que avantajasse 30 por cento sobre os methodos actuaes, se por novo exame a que mandar proceder, reconhecer que a machina dos mencionados cidadãos, fundada na cidade de Antonina, alem da vantagem de mais de 30 por cento na quantia do producto beneficiado, dá-lhe augmento no valor.

Art. 7.º O governo fica autorizado a despendar com a execução desta lei, alem das verbas decretadas com a estrada da Graciosa e obras publicas em geral as sobras que se verificarem no exercicio da mesma.

## TITULO II

### DA RECEITA DA PROVINCIA.

Art. 8.<sup>o</sup> A receita da provincia no corrente exercicio de 1859—1860, que o governo fará arrecadar sob os titulos abaixo designados, é orçada na quantia de Rs. 268:189U000

#### *Ordinaria.*

|   |             |
|---|-------------|
| § 1. <sup>o</sup> Disimos . . . . .   | 46:000U000  |
| § 2. <sup>o</sup> Imposto sobre casas que vendem<br>liquidos espirituosos . . . . .                           | 8:000U000   |
| § 3. <sup>o</sup> Idem sobre rezes para o talho . . . . .   | 12:500U000  |
| § 4. <sup>o</sup> Meia siza de venda de escravos . . . . .  | 13:000U000  |
| § 5. <sup>o</sup> Novos e velhos direitos . . . . .   | 2:000U000   |
| § 6. <sup>o</sup> Decima de heranças e legados,<br>excepto os deixados aos hospitaes de caridade . . . . .    | 3:000U000   |
| § 7. <sup>o</sup> Despachos de embarcações . . . . .  | 450U000     |
| § 8. <sup>o</sup> Imposto sobre casas de leilão e<br>modas . . . . .  | 200U000     |
| § 9. <sup>o</sup> Idem sobre sahida de escravos<br>da provincia . . . . .                                     | 300U000     |
| § 10. Emolumentos da secretaria do<br>governo e thesouraria . . . . .   | 2:000U000   |
| § 11. Premios de depositos publicos . . . . .   | 150U000     |
| § 12. Imposto sobre animaes . . . . .   | 165:000U000 |
| § 13. Rezes exportadas . . . . .  | 3:000U000   |
| § 14. Multa por infracção de regula-<br>mentos . . . . .  | 239U000     |
| § 15. Matricula de alumnos do ins-<br>trucção secundaria do lyceo, a 5 por cento<br>por cada alumno . . . . . | 200U000     |
| § 16. Cobrança da divida activa . . . . .   | 3:300U000   |
|   | <hr/>       |
|   | 259:039U000 |



Transporte . . . . . 259:039U000

*Extraordinaria.*

|       |   |           |
|-------|---|-----------|
| § 17. | Juros de lettras vencidas . . .                                     | 200U000   |
| § 18. | Bens do evento . . . . .  | 100U000   |
| § 19. | Meio por cento de depositos pu-<br>blicos . . . . .                 | 50U000    |
| § 20. | Alcance de thesoureiros e rece-<br>bedores . . . . .                | 200U000   |
| § 21. | Indemnisações e reposições . . .                                    | 400U000   |
| § 22. | Receita eventual . . . . .  | 200U000   |
| § 23. | Quantias depositadas nas col-<br>lectorias fóra da capital. . . . . | 8:000U000 |

---

268:189U000

---

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS.

Art. 9.º Fica o governo autorisado a contrahir um emprestimo, por conta do cofre provincial, dentro ou fóra da provincia, não excedente a cem contos de réis, sob premio menor de 12 por cento.

O producto do emprestimo será applicado a fazer face ao deficit que se verificar no corrente exercicio ou supprir o rebate das lettras do Rio Negro, que poderá ser suspenso, e o mais a obras publicas, com especialidade estrada da Graciosa, matrizes da capital e Castro.

Art. 10. O governo é autorisado a alterar o modo de arrecadação de imposto sobre rezes para o talho, em ordem a evitar os desvios a que se presta o systema actual.

DISPOSIÇÕES PERMANENTES.

Art. 11. As despesas com congruas e guisamentos serão feitas como adiantamento a caixa geral que o governo procurará reaver.

Art. 12. O imposto sobre rezes exportadas será d'ora em diante de 1U000 por cabeça.

## TITULO III

### DAS DESPEZAS COM VIAS DE COMMUNICAÇÃO QUE TEM RENDA PROPRIA.

Art. 13. O governo da provincia é autorizado a des-  
pender com a factura, communição e exploração das  
estradas que tem barreiras e seus ramaes, e com arrecadação de suas rendas e conservação dos proprios provin-  
ciaes no exercicio de 1859—1860, a quantia de 26:500U  
réis.

## TITULO IV

Art. 14. O presidente da provincia é autorizado a  
arrecadar no exercicio desta lei a renda das barreiras or-  
çada em 26:500U000.

### A SABER :

|     |                              |            |
|-----|------------------------------|------------|
| 1.º | Barreira da Graciosa . . . . | 13:500U000 |
| 2.º | " do Rio do Pinto . . . .    | 7:000U000  |
| 3.º | " do Ytupava. . . .          | 6:000U000  |
|     |                              | <hr/>      |
|     |                              | 26:500U000 |
|     |                              | <hr/>      |

Art. 15. Ficam revogadas as disposições em con-  
trario.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o co-  
nhecimento e execução da referida lei pertencer, que a  
cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se  
contem. O secretario desta provincia a faça imprimir,  
publicar e correr. Palacio do governo da provincia de

Paraná, em nove de Março de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da independencia e do imperio.

LUIZ FRANCISCO DA CAMARA LEAL.

(L. do S.)

Carta de lei pela qual V. Ex. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, fixando a receita e despesa desta provincia para o anno financeiro de 1859 a 1860.

Para V. Ex. ver.

*Constantino Ferreira Bello* a fez.

Sellada e publicada na secretaria da presidencia, aos 9 de Março de 1859.

No impedimento do secretario

*Theolindo Ferreira Ribas.*

Registrada a fs. do livro de leis, decretos e resoluções da assembléa legislativa provincial. Secretaria do governo da provincia do Paraná, em 9 de Março de 1859.

*Constantino Ferreira Bello.*



O vice-presidente da provincia autorizado pelo art. 146 do regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, approva provisoriamente o regulamento confeccionado pelo chefe de policia para as prisões desta provincia em data de 2 de Dezembro de 1858.

Façam-se as precisas communicações.

Palacio do governo do Paranã, 29 de Março de 1859.

*Luiz Francisco da Camara Leal.*

# REGULAMENTO

PARA

## AS CADEIAS DA PROVINCIA

---

### CAPITULO I

#### DA INSPECÇÃO DA CADEIA.

Art. 1.º A cadeia será visitada todos os mezes, ao menos uma vez, pela autoridade inspectora, na forma do que dispõe o decreto n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

Art. 2.º Acompanharão o inspector, na capital, o promotor publico, o secretario da policia e o carcereiro; nos mais termos, cabeças de comarca, os mesmos empregados, e um escrivão do juizo municipal, em vez do secretario da policia; e nos mais logares, alem do carcereiro, o escrivão que servir perante a autoridade inspectora.

Art. 3.º Na visita examinará a autoridade inspectora, para providenciar convenientemente:—

1.º Si as prisões estão bem limpas.

2.º Si o numero de presos nellas accommodados não excede á capacidade das mesmas.

3.º Si tem agua sufficiente e limpa, e si se conservam convenientemente arejadas.

4.º Si os presos pobres tem recebido suas diárias, e si todos tem tido o conveniente sustento.

5.º Si os presos pobres tem roupa sufficiente; si a mudam de oito em oito dias; si conservam a que se lhes tiver fornecido, e si tratam da limpeza della e de seus corpos.

6.º Porque motivos foram recolhidos á cadeia ; si lhes foi entregue a respectiva nota de culpa ; si os sentenciados teem cumprido a pena ; e tudo o mais que for a bem de seus direitos, para que não soffram violencia em sua liberdade.

7.º Si teem soffrido mau tratamento do carcereiro, da guarda, ou de qualquer outra pessoa.

8.º Si estão classificados segundo seus sexos, idades, motivos de prisão, e estado dos respectivos processos.

9.º Si o carcereiro teem cumprido os seus deveres ; e si se conserva a sua escripturação em ordem e em dia ; e bem assim si faz observar as disposições deste regulamento.

10. Si a guarda cumpre os seus deveres de conformidade com o disposto neste regulamento, e com as leis de sua organização e disciplina.

11. Si se faz a revista da cadeia duas vezes ao dia, de manhã e de tarde, para se ver si os presos teem consigo, ou em algum esconderijo, armas, instrumentos ou qualquer outro ferro, com que possam ferir alguém, arrombar paredes ou cortar as grades, fechaduras, &c.

12. Si a cadeia se conserva á noite com sufficientes luzes ; si se faz fogo dentro do edificio ; si os presos jogam, ou fazem batuques, com violas, ou outros instrumentos, principalmente depois do silencio.

13. Si os presos fallam com alguém, á não ser á porta da entrada da respectiva prisão, e a horas em que é permitido fazel-o ; ou com autorização especial do inspector, sendo fóra dellas.

14. Si não se vêda que os presos recebam quaesquer bebidas espirituosas, ou objectos nocivos á saude e á vida.

15. Si se faz diariamente, e do modo estabelecido n'outro artigo deste regulamento, a limpeza das prisões.

16. Finalmente, si se observam todas as disposições deste regulamento e das leis, que não estejam mencionadas nos §§ acima.

Art. 4.º Do resultado da revista se lavrará termo no



livro competente (aberto, numerado, rubricado e encerrado pela autoridade inspectora), mencionando-se nelle minuciosamente tudo quanto se tiver observado, e as providencias que se houver dado, ou houver de dar por deliberação da mesma autoridade em observancia deste regulamento e das leis.

Art. 5.º O termo será lavrado pelo secretario (ou escrivão), e assignado pelos empregados mencionados no artigo 2.º; e delle se extrahirá copia authentica, para ser remettida ao governo da provincia, devendo as dos termos de visita das de fóra da capital ser remettidas por intermedio do chefe de policia.

## CAPITULO II

### DO ASSEIO, ORDEM, E SEGURANÇA DAS PRISÕES.

Art. 6.º A cadeia será varrida, vasculhada, e espanada duas vezes por dia, uma pela manhã e outra á tarde.

§ 1.º Esse serviço será feito por dous presos designados pelo carcereiro; não podendo esses ser novamente designados, sem que todos os outros tenham servido o seu dia, a dous e dous, ou apresentado quem por elles o faça.

Só por motivo de molestia, reconhecida pelo medico, poderão os presos excusar-se do serviço.

§ 2.º Os corredores, vestibulo ou corpo da guarda, escadas e mais repartimentos do edificio que não forem prisões, e bem assim as testadas do edificio, serão varridas pelos galés; em sua falta pelos escravos que por outro qualquer motivo estiverem na cadeia; e na falta daquelles o destes, por pessoas alugadas á custa da municipalidade.

§ 3.º Do mesmo modo estabelecido no § antecedente será feito o despejo ou limpeza das prisões, quando não haja para esse e para o mais serviço alguém exclusivamente delle encarregado pela camara, e que fique sujeito ao carcereiro.

O preso que se occupar diariamente em algum trabalho

util (quando puder haver casa de trabalho), e for de bons costumes e boa conducta, só em falta de outros será empregado no serviço das prisões.

§ 4.º Os barris e vasilhas proprias para esse despejo serão comprados por conta da camara municipal, e em numero sufficiente para regularidade desse serviço; e haverá todo o cuidado em que se lavem todos os dias.

§ 5.º O despejo será feito diariamente, logo que amanhecer, e no lugar designado pelo fiscal da camara.

§ 6.º Pelo mesmo modo será a cadêa diariamente abastecida da agua necessaria aos presos e ao asseio das prisões, em cada uma das quaes haverá sempre um ou mais barris della, conforme o numero de presos.

§ 7.º Quando for extraordinariamente necessario, poderá o serviço de que tratam os dous §§ antecedentes ser tambem feito a qualquer hora do dia.

§ 8.º As prisões serão lavadas e raspadas, pelo menos, de quinze em quinze dias no tempo de verão, e de mez em mez no inverno.

§ 9.º De seis em seis mezes será caiado o interior das prisões; devendo tambem sel-o, quando for preciso, o resto do edificio, inclusivé as paredes exteriores, tudo á custa da camara municipal.

Art. 7.º Os presos serão separados e classificados do modo seguinte:

1.º As mulheres em prisão propria e differente das dos homens.

2.º Os menores em prisão especial.

3.º D'entre os maiores, serão separados os condemnados á morte, e os galés dos outros sentenciados; destes, os de crime inafiançavel dos de crime afiançavel; destes os pronunciados; e destes os recolhidos em custodia, para averiguações, ou como recrutas, e os presos por infracção de contracto, por dividas civeis e commerciaes; por infracção de posturas e regulamentos, por crimes politicas, e os subditos estrangeiros detidos em virtude do requisição dos respectivos consules.

4.º Os escravos fugidos, ou não criminosos, serão recolhidos à prisão especial, sempre que isso for possível; quando não, irão para as dos custodiados.

Art. 8.º Para regular a observancia do artigo antecedente, é o carcereiro obrigado a communicar ao inspector, logo que receber qualquer preso, a ordem que lhe tiver dado a autoridade que o houver remettido; assim de que o mesmo inspector designe a prisão em que deverá ser conservado.

Art. 9.º Nem-uma prisão poderá ser aberta, sinão pelo carcereiro, que não poderá confiar as chaves das prisões a pessoa alguma.

Art. 10. Nunca se abrirá qualquer prisão em que haja presos, sem que a guarda se forme em frente da porta, collocando-se a mesma em posição de avançar, si assim se entender preciso. O commandante da guarda fechará a porta logo que o carcereiro entrar acompanhado de duas praças, ou guardas armados, e a abrirá quando aquelle tiver de sair. O mesmo fará o carcereiro por occasião da entrada de qualquer outra pessoa competentemente autorisada.

Só podem entrar nas prisões o inspector, e as pessoas que o acompanharem no acto da visita; o carcereiro do modo estabelecido neste artigo, o medico dos presos, o vigario ou seu coadjutor para ministrar soccorros espirituaes, e qualquer pessoa que mostrar ordem por escripto do inspector, ou por este vocalmente autorisada, estando presente.

Art. 11. Sempre que tiver de sair algum preso da cadeia, à não ser por ordem de soltura, o carcereiro o fará acompanhar por dous soldados, pelo menos, que requisitará do commandante da guarda.

Art. 12. Nem-um preso poderá ser solto, ou sair da cadeia, ainda mesmo quando requisitado pela autoridade á cuja disposição estiver, sem que o carcereiro previamente o participe ao inspector; salvo si este não for encontrado dentro da cidade, caso em que o carcereiro

cumprirá a ordem, e o participará ao inspector logo que chegar ou for encontrado.

Art. 13. A disposição do artigo antecedente não se entende no caso de *habeas-corpus*; porque, então, deverá o carcereiro cumprir immediatamente a ordem da autoridade que a expedir, e participal-o depois ao inspector da cadeia.

Art. 14. É prohibido fallar aos presos, à não ser pela porta da entrada da respectiva prisão, com licença do carcereiro, e à horas proprias. Essas horas são as que decorrerem depois da primeira revista da cadeia até a segunda. Os visitantes serão examinados á entrada do edificio, afim de se conhecer si conduzem para os presos objectos que estes não possam ter.

No caso de serem encontrados taes objectos, serão estes apprehendidos, e os conductores detidos até que o inspector, a quem se dará logo parto do occorrido, providencie convenientemente a seu respeito.

Art. 15. Precisam, porem, de permissão do inspector para fallarem aos presos as pessoas que não forem os paes, mães, marido, mulher, filhos ou irmãos dos mesmos; e o servente ou conductor dos seus alimentos, quanto aos que os mandam fazer para si, mas isto se os conduzirem a horas proprias.

Art. 16. As prisões serão revistadas duas vezes ao dia, isto é, ás oito horas da manhã no verão e ás nove no inverno; e ás cinco e meia da tarde no verão, e ás quatro e meia no inverno. Alem disto, o serão extraordinariamente, sempre que o inspector o ordenar.

N'ellas se verá si as grades das portas e janellas se acham em perfeito estado, e bem assim as paredes, assoalhos, tecto, &c.; si os presos teem consigo, ou em algum escondrijo, ferro ou instrumento vedado, si teem cartas, dados ou outro objecto para jogo, vasilhas com aguardente ou outra qualquer bebida espirituosa; e tudo o mais que for conveniente a bem da segurança das prisões.

Art. 17. Não só nas prisões é prohibido o jogo de car-

as, de dados, ou de outra qualquer especie, como nos mais repartimentos do edificio, inclusivé o corpo-da-guarda; e são especialmente responsaveis pela violação deste artigo, alem dos jogadores, o carcereiro, e o commandante da guarda; salvo si se provar que não houve absolutamente negligencia de sua parte.

Art. 18. E' prohibida a entrada ou introdução de bebidas espirituosas, de qualquer especie, na cadeia; salvo por necessidade justificada com attestado do medico. Finalmente não são permittidos os toques de viola ou de qualquer outro instrumento, as cantigas em voz alta, e os batúques. São responsaveis pela violação deste artigo o carcereiro e o commandante da guarda, na fôrma estabelecida pelo artigo antecedente.

Art. 19. E' igualmente prohibida a introdução de armas, instrumentos, ou qualquer ferro que possa servir para ferir alguém, arrombar paredes, ou fechaduras, cortar grades, &c.

As navallas de barbear e as tesouras (que não podem ser pontagudas) serão guardadas pelo carcereiro, e só entregues aos presos quando dellas precisarem para se barbear, cortarem as unhas e os cabellos; o que farão quando se forem banhar, e em quanto não houver barbeiro encarregado desse serviço.

Art. 20. As janellas das prisões deverão conservar-se sempre abertas; e é prohibido fallar-se por ellas aos presos, não podendo mesmo fazel-o os soldados da guarda e as sentinellas, que serão punidos por esse abuso.

Art. 21. Alem dos lampeões da parte exterior do edificio, e do corpo da guarda, haverá sempre luz no interior de cada prisão. As sentinellas são obrigadas a dar parte immediatamente ao commandante da guarda, e este ao carcereiro, quando virem alguma prisão no escuro, para ser logo supprida a falta de luz.

Art. 22. Enquanto não houver lampeões de azeite ou gaz, collocados em alto, e fôra do alcance dos presos, ou soldados, será a distribuição feita pelo carcereiro, que



entregará ao commandante da guarda as do corpo della. e collocará nos lampeões, e as renovará, quando for preciso, as das prisões, e dos mais pontos do edificio em que forem necessarias; devendo os lampeões ser postos em altura, a que não cheguem do pé os presos e os soldados.

Art. 23. E' absolutamente vedado fazer fogo dentro do edificio, ainda mesmo em tempo de inverno; e serão punidos os que prestarem lenha ou outro combustivel semelhante aos presos.

Art. 24. Dada a hora de silencio ou recolher no sino da matriz, ou na sineta da cadeia, ou pelo toque das cornetas (qual primeiro soar) deverá cessar todo e qualquer arruído no interior das prisões, inclusivé a conversação entre os presos, ou entre estes e os soldados da guarda, comprehendidos os das sentinellas; e a essa hora não poderão ser abertas as prisões, a não ser por ordem especial do inspector, ou em caso extraordinario e repentino que demande promptas providencias, caso em que irá um dos soldados da guarda, que puder ser dispensado, dar immediatamente parte ao inspector do occorrido, qualquer que seja a hora em que isso aconteça, ou á autoridade policial que mais proxima se achar, para providenciar convenientemente.

Si por qualquer motivo deixar de haver algum dos referidos signaes de recolher, se regulará a hora do silencio do seguinte modo: no verão ás nove e meia da noite, e no inverno ás oito e meia, quando outra cousa não for estabelecida pelo inspector.

### CAPITULO III

#### DO CARCEREIRO.

Art. 25. O carcereiro é obrigado a observar e fazer observar restrictamente o quo neste regulamento e nas leis se lhe prescreve, e a seguir as instrucções que de conformidade com suas disposições lhe forem dadas pelo inspector.



Art. 26. Alem das obrigações que assim tem de cumprir, deve :—

§ 1.º Apresentar ao inspector diariamente uma relação em mappa dos presos existentes na cadeia, com declaração de seus nomes, do motivo de sua prisão, das datas em que tiverem entrado para a cadeia, e observações sobre o comportamento dos mesmos.

§ 2.º Passar recibo do dinheiro que do inspector receber para qualquer fim ; e todos os dias o do que receber para distribuir pelos presos pobres, como diarias de alimentos, fazendo uma relação em mappa, distincto do de que trata o § 1.º, na forma até agora usada, para com elles ser documentada a conta que pelo inspector tem de ser apresentada á thesouraria provincial mensalmente.

§ 3.º Participar immediatamente ao inspector a entrada de qualquer preso, seu nome, porque motivo, e por que ordem.

§ 4.º Participar ou representar logo ao inspector contra a violação de qualquer das disposições desta regulamento, assim de serem applicadas as respectivas penas, providenciando o inspector como o caso exigir.

§ 5.º Ter em arrecadação as correntes, machos, algemas, cadeados, chaves, &c. do serviço da cadeia, e tudo inventariando do mesmo modo que a roupa dos presos, que receber para guardar quando lavada, ou quando enxovalhada e mudada pelo preso, para ser levada á lavagem.

Do inventario dos ditos ferros dará todos os mezes uma copia ao inspector, com declaração das alterações que nelles tiver havido por augmento ou diminuição, em consequencia de compra de novos, ou estrago dos existentes (que serão apresentados ao inspector para mandal-os substituir por outros, que mandará comprar ou fazer), ou de sahida para qualquer diligencia, ou entrada de volta della.

§ 6.º Mandará lavar a roupa dos presos pobres de oito em oito dias, e de modo que esteja prompta para a mudança na véspera do dia em que a deverem mudar,

apresentando a conta da despesa de lavagem ao inspector, para ser por este paga, mediante recibo.

§ 7.º Sempre que algum preso adoecer, e disso se queixar, pedindo o comparecimento do medico da cadeia, o irá immediatamente chamar, dando-lhe entrada na respectiva prisão independente de ordem especial para isso, e participando depois o occorrido ao inspector.

§ 8.º Logo que o medico tiver receitado, mandará por um soldado da guarda, que requisitará do respectivo commandante, a receita ao inspector, para este rubricá-la, e depois á botica para ser aviada, devendo applicar o medicameuto e tratar do enfermo como prescrever o medico, em quanto não houver enfermaria, e enfermeiro que disso se occupe.

§ 9.º Quando o enfermo for declarado pelo medico em perigo de vida, irá ter com o vigario ou seu coadjutor (em quanto não houver capellão especial) para declarar-lhe isso mesmo, afim de serem prestados aos moribundos os soccorros espirituaes, dispondo para isso os arranjos necessarios, conforme o que pelo parcho ou coadjutor lhe for prescripto.

Outro-tanto fará no caso do enfermo por propria deliberação exigir taes soccorros; não devendo ter a menor demora nesse serviço, e dando depois parte do occorrido ao inspector.

§ 10. Quando fallecer algum preso, que não tenha parente ou amigo que queira encarregar-se do enterro, irá participal-o ao vigario ou seu coadjutor, (ou ao capellão se o houver) afim de mandar sepultar o cadaver, depois de encommendado, e de feito o exame de verificação da identidade de pessoa pela autoridade competente, e de lavrado o termo de obito no respectivo livro. E fará conduzir o cadaver em rêde coberta, e conduzida por dous galés, na falta destes por dous presos escravos, e não havendo-os ou não sendo possivel obter outros conductores, por dous soldados; devendo os conductores abrir e tapar a côva, se

já não estiver aberta pelo encarregado do cemiterio, ou por ordem do vigario.

A rêde e a coberta deverão ser lavadas, para se guardarem e ficarem promptas para quando se verificar necessidade semelhante.

§ 11. Si o preso não for catholico, será sepultado no lugar destinado para os que não pertencem á nossa communhão, entendendo-se o carcereiro para isso com o respectivo encarregado.

§ 12. Para que o parente ou amigo se encarregue do enterro, e possa para isso ser-lhe entregue o cadaver, obterá permissão do inspector.

§ 13. Dará logo parte do fallecimento ao inspector, e á autoridade a cuja disposição estiver o preso, si estiver no lugar ; e não estando, a qualquer outra autoridade criminal ou policial que estiver mais proxima, para se proceder na conformidade do que dispõe o artigo 161 do decreto citado no artigo 1.º

§ 14. A respeito das carceragens observará restrictamente o que estabelecem os artigos 153, 154 e 155 do citado decreto, isto é, só perceberá :—

Pela soltura de qualquer preso em geral 1U800

Pela do recolhidos em custodia, ou  
presos por infracção de posturas. . . . . 900

Pela mudança de presos . . . . . 900

Pela soltura de escravos. . . . . 1U200

§ 15. Não pôde exigir dos presos quantia alguma, na occasião da entrada, estada ou sahida, a pretexto de melhor commodo e tratamento, ou outro de qualquer natureza que seja ; nem mudal-os do prisão sem consentimento do inspector, que indagará se ha na pretensão conluio com o carcereiro, levando este em vista o lucro da carceragem ; e si o preso pôde ser mudado sem offensa do principio da classificação estabelecida neste regulamento.

§ 16. Não pôde estar fóra da cadeia depois do sol posto, sem licença do inspector ; nem comprar ou vender coisa alguma aos presos, e menos d'elles receber presen-

tes, donativos ou depósitos; salva a disposição do § 6.º e artigo 35, em virtude dos quaes poderá receber e guardar a roupa dos presos.

De dia não poderá afastar-se da cadeia à horas em que nella deve estar para o serviço certo diario, e nas outras não poderá fazel-o para ponto do qual não possa ouvir a sinêta, pela qual deve ser chamado, fazendo-a o commandante da guarda para isso tocar, sempre que for preciso por chegada de presos que tenham de ser recolhidos, ou por outro qualquer motivo.

§ 17. Para se fazer obedecer, e reprimir quaesquer que possam perturbar o socêgo das prisões, e destruir a ordem e disciplina que nellas deve reinar, poderá encerrar por vinte e quatro horas em prisão solitaria os presos desobedientes, rixosos, e turbulentos, solicitando do inspector outras medidas mais efficazes, quando essa não produza o seu effeito.

§ 18. Deve conservar as portas interiores do cada prisão constantemente fechadas, e ter sempre consigo as chaves, não confiando-as a quem quer que seja, nem consentindo que saia preso algum sem ordem escripta de autoridade competente, observadas as disposições dos artigos 9, 10, 11, 12 e 13.

§ 19. Deve conservar a escripturação limpa e em dia, na forma prescripta no capitulo respectivo, e archivar por ordem de data, e de autoridade, os mandados, alvarás, ou ordens que receber e ficarem em seu poder.

§ 20. Deve solicitar do inspector o attestado de sua frequencia para poder receber da repartição do fazenda os seus vencimentos.

## CAPITULO IV

### DA GUARDA E SEU COMMANDANTE.

Art. 27. Quando o inspector for fazer a visita da cadeia acompanhado das pessoas mencionadas no artigo

2.º, a guarda, logo que elle entrar, entrará tambem com suas armas para o saguão do edificio, assim de collocar-se convenientemente, quando se tiver de abrir alguma das prisões. O commandante estará sempre prompto e junto do inspector, para cumprir as ordens que este lhe der, e ouvir as instrucções que por ventura tiver de dar-lhe segundo as emergencias do serviço.

Art. 28. Si acontecer que durante a visita passe alguem que por sua posição social tenha direito à continencia, com brado de armas, nem por isso sahirá a guarda da occupação em que estiver; salvo si passar o Sagrado Viatico, caso em que se procurará pôr primeiramente os presos em segurança, para a guarda sahir à cumprir o seu dever religioso e militar. Mas não podendo ser assim, far-se-ha a adoração como se puder mesmo dentro do edificio, contanto que não se dê probabilidade de evasão dos presos.

Art. 29. Haverá sempre duas sentinellas, uma na frente do edificio (a das armas) e outra na parte exterior dos fundos, com guarita, alem das mais que o inspector julgar conveniente mandar postar; devendo ellas fazer o serviço segundo o regulamento militar, e exercendo a maior vigilancia contra a fuga dos presos, dando o brado de alárme no caso de alguma tentativa, fazendo logo aviso ao commandante de achar se alguma das prisões ás escuras, não consentindo que se chegue alguem à fallar com os presos pelas janellas, ou que entre no edificio em horas prohibidas sem licenca por escripto do inspector, ou que entre com objectos por este regulamento, ou por ordem do inspector, prohibidos, &c. E terão o maior rigor na observancia da lei militar quanto aos brados de alárme, e todos os mais deveres a bem da segurança da prisão e regularidade do serviço.

Art. 30. O commandante, alem das mais obrigações que pela lei militar o por este regulamento se lhe impõe, deverá:—



1.º Participar ao inspector, no dia em que sahir da guarda, o que nella tiver occorrido.

2.º Enviar ao mesmo um mappa em que demonstre como o serviço das sentinellas foi detalhado e se fez, com declaração dos nomes das praças que serviram nas diversas horas do dia e da noite.

3.º Tambem deverá enviar-lhe uma relação dos objectos que lhe foram entregues pelo commandante da guarda do dia antecedente, e por elle passados ao que foi substituído-o.

4.º Requisitará do inspector o reforço que julgar necessario para se abrir qualquer prisão á noite por ordem do mesmo inspector.

5.º Prestará as praças que tiver disponiveis á autoridade que lh'as requisitar para qualquer diligencia repentina e de pouca demóra dentro da cidade, ainda quando essa requisição for verbal.

6.º Fará cessar os tumultos, rixas e desordens, que houver nas immedições da cadeia, prendendo os desobedientes, e criminosos, os que proferirem palavras deshonestas, e injuriosas, e praticarem actos indecentes, e prohibidos por lei, ou postura municipal, dando immediatamente parte ao inspector.

7.º Applicará a força contra os que atacarem a cadeia, e quizerem favorecer a fuga, ou tirada de presos, depois de advertidos para desistirem de seus intentos, si para isso houver tempo.

8.º O mesmo fará contra os presos amotinados dentro das prisões, que estejam praticando crimes, ou ameaçando pratical-os; ou que desobedeçam ao carcereiro, atacando-o para obrigar-o a ceder as chaves, ou soltal-os.

Neste emprego procederá com a prudencia necessaria; e, sempre que for possivel, esperará pelas ordens do inspector, a quem mandará communicar a occurencia que se der.

9.º Requisitará do procurador da camara papel, pena, tinta e ubreias, para a escripturração diaria que tiver



de fazer em relação ao que neste regulamento se lhe prescreve.

10. Satisfará promptamente as requisições que lhe fizer o carcereiro, ou em virtude deste regulamento, ou de ordem do inspector, fazendo dellas menção na participação que a este dirigir depois de rendida a guarda.

11. Quando o carcereiro por qualquer motivo se ausentar de dia da cadeia, procurará supprir a falta que elle fizer quanto á vigilancia sobre os presos e boa ordem destes; devendo quanto á entrada de alguem para fallar com os mesmos, conversação com estes, introduccão de ferros, bebidas espirituosas, &c., ser sempre tão vigilante, como o proprio carcereiro, principalmente quanto aos soldados na negligencia ou connivencia com que por ventura procederem.

## CAPITULO V

### DOS PRESOS.

Art. 31. Os presos deverão obedecer promptamente ao carcereiro, ou ao commandante da guarda na ausencia daquello, em tudo o que for relativo á boa guarda e policia das prisões, representando depois ao inspector contra as injustiças e violencias que entenderem ter soffrido.

§ 1.º El-lhes permittido escreverem a seus parentes, amigos e advogados, e receberem cartas delles; mas as cartas poderão ser lidas pelo carcereiro, antes de expedidas ou entregues.

Exceptuam-se as que dirigirem ás autoridades, que não podem ser lidas, nem retidas sem motivo fundado communicado immediatamente ao inspector.

§ 2.º Os presos que forem mandados conservar incommunicaveis por autoridade legal, serão recolhidos á prisão solitaria, onde só entrará o carcereiro, quo em pessoa devo assistir á sua refeição nas horas proprias,

mandar fazer a limpeza e asseio da prisão, não consentindo que elles fallem, sinão sobre objectos de necessidades naturaes

Art. 32. Terão todo o cuidado em não transgredir qualquer das disposições deste regulamento, e em cumpri-lo na parte em que se lhes impõe obrigações positivas; assim deverão tambem :

1.º Mudar a roupa aos domingos.

2.º Lavar-se de quinze em quinze dias no verão, quando lh'o não for vedado pelo medico em razão de molestia; e no inverno, de mez em mez, quando a estação o permittir sem compromettimento de saude.

3.º Fazer as orações diarias em voz baixa.

4.º Evitar concorrer por qualquer modo para o desasseio das prisões.

5.º Trazer sempre rente o cabello, cortar as unhas e barbear-se, todas as vezes que se forem banhar.

6.º Andar regularmente vestidos com a roupa que tiverem, zelando a que lhes for fornecida (aos pobres), para que se conserve em bom estado por seis mezes.

7.º Não fazer negocio de qualquer especie com seus companheiros, e menos com o carcereiro ou com alguma pessoa da guarda.

8.º Jámais entreter-se em jogo de qualquer qualidade, ou com cantarôlas em voz alta, e batúques; podendo de dia, e quando for permittido pelo inspector, tocar algum instrumento, que não produza grande rumor, ou distraia a vigilancia do carcereiro ou da guarda; e occupar-se com a leitura de livros ou gazetas, vistos e permittidos pelo mesmo inspector.

9.º Não perturbar por qualquer modo o silencio, logo que tocar a hora d'elle; ■ não procurar ter armas, instrumentos, ou ferro de qualquer especie, e bein assim bebidas espirituosas de qualquer genero.

10. Respeitar seus companheiros, procurando evitar rixas com elles.

11. Não fazer fogo dentro das prisões, nem mexer no respectivo lampeão.

12. Assistir a missa, quando a houver no edificio, com a possível decencia, recolhimento e devoção, procurando cumprir os preceitos da igreja; salvo si seguirem outra religião, para a que deverão declarar ao carcereiro, ao entrarem para a cadeia, qual a que seguem, ou que não seguem a nossa.

Tambem deverão confessar-se ao menos uma vez cada anno; e ouvir com todo o respeito as exhortações ou orações que lhes fizer o capellão.

13. Não ter em seu poder maior quantia do que a de 50 rs.; devendo o excedente ser guardado em um cofre na secretaria da policia, com livro de escripturação de entrada e sahida, à cargo do secretario.

14. Não subir ás grades das janellas, nem pelas das portas; e menos fallar para a rua com quem quer que seja, ou desattender e insultar a quem passa.

## CAPITULO VI

### DO VESTUARIO DOS PRESOS POBRES.

Art. 33. O vestuario do preso pobre será calça, jaqueta e camisa de zarte ou de algodão azul trançado, barrete de lã ou de algodão, sapatos grossos (para os livres), cinturão e ponche de baeta. E cada um terá mais um cobertor de lã.

Art. 34. Cada preso terá duas andainas de fato (fóra o cinturão e barrete), que deverão durar seis mezes.

Art. 35. O fato que apesar de ter completado o tempo marcado para sua duração ainda puder ser utilizado, será posto em reserva, e servirá para supprimento dos presos que houverem estragado o seu antes do prazo marcado.

Art. 36. O fato usado pelos presos que forem póstos em liberdade antes de completar o tempo marcado para

sua duração, terá a mesma applicação do artigo antecedente, caso o preso tenha com que sahir da prisão.

Art. 37. Mudada a roupa aos domingos, irá a outra para a lavagem, na forma estabelecida no artigo 26 § 6.º

## CAPITULO VII

### DAS PENAS DISCIPLINARES.

Art. 38. As penas disciplinares a que os presos ficam sujeitos, são :

- 1.ª Advertencia em separado.
- 2.ª Reprehensão em publico.
- 3.ª Prisão solitaria.
- 4.ª Prisão solitaria obscura.
- 5.ª Prisão solitaria com restricção alimentaria ou jejum à pão e agua.
- 6.ª Prisão solitaria obscura, com restricção alimentaria ou jejum à pão e agua.
- 7.ª Ferros ; e sendo o preso escravo, poderá levar palmatoadas até tres duzias, ou açoutes até 50.

Art. 39. As mencionadas penas serão applicadas pelo inspector segundo a qualidade ou gravidade das faltas, e com a necessaria prudencia e discrição no arbitrio com que fica para applical-as, devendo cingir-se quanto puder ás seguintes regras :

1.ª Si o preso interromper o silencio, ou infringir qual quer das regras a que está sujeito por este regulamento, e que não fique punida pela pena que o carcereiro pôde applicar em virtude do artigo 26 § 17, o será em dous dias de prisão solitaria.

2.ª Si a desobediencia for acompanhada de clamor, ou insulto a outro preso, elevar-se-ha a 3 ou 4 dias.

3.ª Si o preso travar querella com outro, soffrerá a mesma pena por 3 a 6 dias, segundo a gravidade do caso.

4.ª Si o insulto for feito ao carcereiro, ou a qualquer outro funcionario que se apresente em acto de exercicio

de suas funcções, será a mesma pena aggravada com restricção alimentaria.

6.<sup>a</sup> Si o preso ameaçar a outro, soffrerá a pena de dous dias de prisão solitaria obscura; e si lhe puzer mãos violentas, será a pena dobrada. Si da violencia resultar ferimento, alem do processo por esse novo crime, si puder ter logar de conformidade com os artigos 61 e 62 do codigo criminal, será a referida pena aggravada com restricção alimentaria.

6.<sup>a</sup> Si as culpas mencionadas no § antecedente forem commettidas contra o carcereiro, ou qualquer funcionario que esteja em exercicio de suas funcções, será a mesma pena aggravada com a imposição de ferros, à arbitrio do inspector.

7.<sup>a</sup> Si o preso furtar, ou estragar qualquer objecto da cadeia, ou de outro preso, ou de seu proprio uso (sendo dos que lhe são fornecidos como preso pobre) soffrerá a pena de 3 a 6 dias de prisão solitaria obscura com restricção alimentaria, alem de ficar responsavel pela reparação do damno segundo a lei.

8.<sup>a</sup> Si o preso tentar evadir-se, ou para esse fim alliciar outros presos, soffrerá a pena de prisão solitaria obscura por seis dias, e solitaria por 20, com restricção alimentaria por 6 a 12 dias.

9.<sup>a</sup> Si para effectuar a evasão o preso commetter violencias, soffrerá mais as penas marcadas para esta culpa nos §§ 5.<sup>o</sup> e 6.<sup>o</sup> deste artigo.

Art. 40. Nas reincidencias serão os presos punidos com o dobro das penas.

Art. 41. O preso castigado com restricção alimentaria terá por unico alimento duas quartas de pão pela manhã e outras duas á tarde.

Esta pena será sempre applicada com attenção ao estado de saude e compleição do preso, e em todo o caso não poderá durar mais do 3 dias consecutivos, nem mais de 20 em um mez, assim como a pena de prisão solitaria obscura não poderá durar mais de 6 dias consecutivos.

Art. 42. O carcereiro por faltas que não sejam verdadeiros crimes de responsabilidade ficará sujeito ás penas de que tratam os artigos 339 e 212 do código do processo, explicado aquelle pelo aviso n. 251 de 15 de Outubro de 1851.

O commandante da guarda e os soldados ás do regulamento do corpo a que pertencerem, havendo para serem applicadas representação do inspector ao governo da provincia.

## CAPITULO VIII

### DO CAPELLÃO.

Art. 43. Logo que puder haver capellão privativo, cuja nomeação poderá recahir no parochio, ou seu coadjutor, e que perceberá a gratificação que por lei lhe for marcada, deverá observar, alem do que n'outros logares deste regulamento se prescreve na parte religiosa, o seguinte:

§ 1.º Celebrará missa aos domingos e dias de guarda, á hora que o inspector marcar.

§ 2.º Depois da missa, ou em outra hora do mesmo dia, que for mais commoda, fará uma breve oração adaptada ás circumstancias dos ouvintes, ensinando-lhes os deveres para com Deus, para com o proximo, e para consigo mesmo, e inspirando-lhes horror aos crimes, e sincero arrependimento.

§ 3.º Ouvil-os-ha de confissão em logar apropriado do edificio, e lhes ministrará, com licença do parochio, os necessarios Sacramentos.

## CAPITULO VIV

### DO MEDICO.

Art. 44. Ao medico, que será o da força policial, ou



do corpo fixo, ou outro qualquer com a respectiva gratificação, incumbe :

§ 1.º Comparecer diariamente á cadeia para cuidar da saúde dos presos ; e apresentar-se no estabelecimento sempre e logo que for chamado para ver algum doente.

§ 2.º Examinar os medicamentos, e os viveres destinados á alimentação dos presos (logo que estes forem-lhes fornecidos em especie) ; e assistir uma vez por semana á sua distribuição, dando parte ao inspector das faltas que encontrar.

§ 3.º Organisar o formulario preciso para o contracto do fornecimento dos medicamentos.

§ 4.º Percorrer, ao menos uma vez por mez, as prisões, e mais partes da cadeia, para ver o estado em que se acham, conhecer qual o tratamento que recebem os presos, e fazer ao inspector as representações que entender convenientes ao regimen sanitario da cadeia.

§ 5.º Dirigir ao inspector até o ultimo de Janeiro de cada anno um relatorio sobre a enfermaria, e regimen hygienico da cadeia em o ultimo anno, expondo tudo quanto occorrer, e indicando as reformas que se devam fazer para melhorar esse serviço.

## CAPITULO X

### DOS LIVROS E ESCRIPTURAÇÃO DA CADEA.

Art. 45. Haverá na cadeia, em poder e guarda do carcereiro, os livros seguintes, todos marcados e rubricados pelo delegado do districto : —

1.º O das entradas e sahidas dos presos.

2.º O dos termos de obito.

3.º O do assentamento dos condemnados que já estiverem cumprindo sentença.

4.º O do registro das ordens de prisão e soltura, notas de culpa, e em geral de qualquer determinação escripta ou mandado da autoridade que enviar o preso, ou á

cuja disposição elle estiver, ou mesmado inspector da cadêa.

5.º O do assentamento dos que entrarem para serem guardados como recrutas.

6.º O dos que entrarem para serem detidos em custodia, ou para averiguações.

7.º O dos escravos não criminosos, recolhidos á cadêa por fugidos, ou por serem encontrados na rua fóra das horas de recolher, ou á requerimento de seus senhores, correccionalmente, &c.

8.º E o índice alphabeticó dos nomes dos presos, com indicação do numero da folha do livro em que se achar o respectivo assento, para ser facil a consulta deste.

Nem-um livro pôde sahir da cadêa ; mas nella poderão ser mostrados ás autoridades que precisarem examinal-os.

Art. 46. Nos livros de entradas e sahidas lancará o carcereiro o nome, sobre-nome, naturalidade, idade, filiação, estado, estatura e signaes particulares dos que entrarem, declarando qual a autoridade a cuja ordem se acharem.

Na margem das folhas se reservará espaço sufficiente para as observações acerca dos factos que occorrerem, como mudança de prisão, entrada e sahida de enfermaria (quando houver), obitos &c.

Os de que tratam os §§ 5.º, 6.º e 7.º do artigo antecedente serão do mesmo modo escripturados quanto ao que lhes puder ser applicavel da disposição supra.

Art. 47. As notas de culpa, as intimações de sentenças, e os alvarás de soltura serão apresentados ao carcereiro antes que aos presos, para que ponha verba no assento da entrada da qualidade da culpa, e dos nomes das testemunhas que as ditas notas mencionarem, assim como do dia da intimação da sentença, da pena que ella decretar, e da data em que é apresentado o alvará de soltura, declarando quaes os escrivães que passaram taes papeis, e os juizes que os tiverem assignado.

Quando o preso vier acompanhado de guia para cum-

prir sentença, será ella transcripta por extenso no assento de entrada.

Art. 48. O livro dos termos da visita, na capital, existirá na secretaria da policia, e nos mais logares em poder do escrivão que deve lavrar os termos, na fórma do que dispõe o artigo 5.<sup>o</sup>

Art. 49. No livro de termos de obito escrevel-os-ha o secretario da policia, si for o chefe de policia quem presidir ao auto de exame e verificação de identidade de pessoa; e os escrivães das outras autoridades, si presidirem estas.

Art. 50. No acto de exame estarão presentes a autoridade que a elle presidir, o facultativo da cadêa, ou outro na falta d'elle, duas testemunhas, e o carcereiro; e do que se verificar no exame do cadaver se lavrará o competente auto, assignado por todos os acima mencionados. Neste auto será transcripto o assento de prisão do fallecido, e se escreverão as declarações que fizer o facultativo sobre a morte e suas causas provaveis.

Art. 51. O secretario da policia ou o escrivão extrahirão immediatamente certidão do dito auto para o fim de que trata o decreto n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, no artigo 162.

Art. 52. No livro do assentamento dos presos que estiverem cumprindo sentença, se fará a declaração do dia, mez e anno em que principiar o cumprimento da sentença; devendo o assentamento ser feito pelo escrivão das execuções em logar competente, e assignado pelo carcereiro. O escrivão tirará logo copia authentica d'elle, para dar-lhe o destino de que trata o artigo 411 do citado decreto.

Art. 53. Quando estiver para findar qualquer dos livros, o carcereiro solicitará outro do procurador da camara, e o fará chegar á presença do delegado de policia do termo, para abril-o, numerar-o, rubrical-o e encerrar o, declarando-lhe para que fim tem de servir. O livro findo será guardado na respectiva estante; e o carcereiro



terá todo o cuidado em que não se descaminhe nem um, e bem assim nem um papel.

## CAPITULO XI

### DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 54. Este regulamento será observado em todas as cadêas ou prisões da provincia em tudo que lhes for applicavel.

Art. 55. O que neste regulamento se estabelece sobre o modo de ser fornecido o alimento aos presos pobres, por entrega da respectiva diaria em dinheiro, feita pelo inspector aos mesmos por intermedio do carcereiro, terá vigor em quanto não houver quem se encarregue de fornecer-lhes almoço e jantar por contracto ou arrematação, segundo o que o governo resolver.

Conforme o modo do fornecimento se entenderá o carcereiro com o inspector ou com o encarregado pelo governo, afim de poder verificar-se a pena de restricção alimentaria, quando for imposta à algum dos presos.

Art. 56. Logo que houver missa em lugar proprio da cadêa, deverão todos os presos assistir a ella; salvo si houver perigo de evasão, caso em que se dividirão por turmas, ouvindo-a uma n'um domingo ou dia sancto, outra no seguinte, e assim as mais, conforme a subdivisão dellas, feita segundo a capacidade do repartimento em que for dita a missa, indo as turmas acompanhadas por soldados disponiveis, sem prejuizo da vigilancia que deve haver sobre as prisões em que ficarem as outras turmas.

Art. 57. Enquanto na cadêa não houver casa de banhos, tomal-os-hão os presos no lugar do rio ou fonte para isso designado pelo fiscal da camara, que o escolherá de modo, que concilie a segurança dos presos com a impossibilidade de offensa á moral publica.

Os presos irão tomal-os a dous e dous por cada vez, e sempre acompanhados por quatro soldados, por elles res-

ponsaveis; e sendo pequeno o numero destes, irão a um e um, acompanhados de dous soldados. A duração do banho será de dez minutos.

Art. 58. Deste regulamento terão sempre presente um exemplar cada-um, o carcereiro e o commandante da guarda, que não poderão allegar ignorancia de suas disposições.

Em logar proprio da cadêa haverá outro em um quadro encaixilhado, para estar patente a todos que deverem ou quizerem conhecer suas disposições.

Art. 59. Logo que houver uma enfermaria regular, e augmento de empregados, o chefe de policia additará este regulamento com os precisos artigos, submettendo-os á approvação do governo.

Repartição da policia do Paraná, em Coritiba, 2 de Dezembro de 1858.

O chefe de policia interino

**LUIZ FRANCISCO DA CAMARA LEAL.**